



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 00.001-2024 -SRP

PREÂMBULO

O Município do Aracati, através da **Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano**, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e a equipe de apoio, designados por ato do Prefeito Municipal, que ora integra os autos, estará realizando licitação para Registro de Preços na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, para atendimento do objeto desta licitação, conforme objeto descrito neste Edital, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, com suas alterações, bem como pelas normas contidas no presente Edital e seus anexos.

Órgão Gerenciador:	- Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Órgão(s) Participante(s):	- Secretaria de Saúde; - Secretaria de Educação; - Secretaria de Segurança Cidadã e Ordem Pública
Data e Hora de Início de Recebimento das Propostas:	<u>12</u> / <u>03</u> / 2024 - <u>08</u> h <u>00</u> min
Data e Hora de Término de Recebimento das Propostas:	<u>26</u> / <u>03</u> / 2024 - <u>08</u> h <u>00</u> min
Data e Hora da Disputa de Lances:	<u>26</u> / <u>03</u> / 2024 - <u>09</u> h <u>30</u> min
Local da Sessão:	www.bll.org.br (acesso Identificado no link – licitações)
Referência de Tempo:	Horário Oficial de Brasília-DF
Tipo de Licitação:	Menor Preço por lote
Modo de Disputa:	Aberto e Fechado
Regime de Fornecimento:	Por Demanda
Pregoeira Oficial	Nataniele Gondim Rodrigues

GLOSSÁRIO

↳ Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

↳ Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste documento de Edital, ou em quaisquer de seus anexos, terão os seguintes significados:

- * **PMA:** Prefeitura Municipal de Aracati/CE;
- * **ME/EPP:** Micro empresa / Empresa de Pequeno Porte;
- * **DOE/DOU:** Diário Oficial do Estado / Diário Oficial da União;
- * **SRP:** Sistema de Registro de Preços;
- * **TCE:** Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
- * **BLL:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, órgão provedor do sistema, entidade conveniada com esta municipalidade, mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor;
- * **RFB:** Receita Federal do Brasil.



↳ O presente Edital e todos os seus anexos estão acessíveis a quem interessar junto ao Setor de Licitações localizado no endereço constante do preâmbulo deste edital, onde serão fornecidos GRATUITAMENTE, em arquivos compatíveis com os Softwares PDF, Auto-Cad, Word e Excel que se fizerem necessários. Na ocasião o interessado deverá trazer um Pen Drive para a gravação do mesmo, onde terá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, após o recebimento, para efetuar, por escrito, qualquer reclamação pertinente à falha na gravação dos arquivos ou poderá adquiri-lo nos endereços: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> www.bll.org.br/ <https://www.aracati.ce.gov.br/licitacao>.

↳ O certame será realizado por meio do aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bll.org.br.

↳ O endereço para o envio de documentações será na Sede da Prefeitura à **Rua Santos Dumont, 1146 – Farias Brito, CEP: 62.800-00, Aracati, Estado do Ceará.**

CONDIÇÕES

1.0 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto: **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE.**

1.2 - A licitação será composta por 06 (seis) lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência – ANEXO II deste edital, facultando-se ao licitante a participação de seu interesse.

1.3- Valor estimado da contratação **R\$ 3.473.153,77 (Três milhões, quatrocentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos).**

1.4- Os lotes **1,2,3 e 4** serão destinados para ampla concorrência. Em cumprimento ao tratamento jurídico diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, e as Cooperativas enquadradas nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14, e os lotes **5 e 6** estão destinados exclusivamente à participação destas (Inciso I do Art. 48 Lei complementar nº 147/2014).

1.5 - O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor da Secretaria competente, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

3.0 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3 - É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4 - Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.



3.5 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6 - O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil. **(ANEXO IV)**.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Lei nº 14.133, de 2021.

d) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, **(ANEXO V)**.

3.7 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO VI**, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art.4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

5.0 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

5.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

5.2 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



5.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

5.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.0 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

6.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

6.6 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.6.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.6.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.6.4 - Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição;

6.6.4.1 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente. A participação de empresas reunidas em consórcio em procedimento licitatório deve ser permitida em situações especiais, quando as empresas existentes no mercado não tiverem condições de participar sozinhas da licitação, em razão da complexidade ou vulto do objeto.

6.6.5 - Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração;

6.6.6 - Que estejam em estado de insolvência civil, processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

6.6.7 - Impedidas de licitar e contratar com a Administração;

6.6.8 - Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração;



6.6.9- Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição;

6.6.10 – Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro sejam funcionários ou empregados públicos da entidade contratante ou responsável pela licitação;

6.6.11 – Estrangeiros não autorizados a comercializar no país;

6.6.12 – Cujo estatuto ou contrato social não inclua no objetivo social da empresa atividade compatível com o objeto do certame.

7.0 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2- Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos lotes deste Edital.

7.3-No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1-Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.5-Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.6-O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridos no sistema;

7.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.0 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1- Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do **LOTE**;

8.1.2- Marca/modelo (não identificar a empresa podendo-se utilizar o termo “próprio”);

8.1.3 - Fabricante;

8.1.4 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.2 - Os preços deverão ser cotados com até **02 (dois) dígitos** após a vírgula;

8.3-Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.4 - Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas para cada **LOTE** do Termo de Referência (Anexo II) deste Edital.



8.5- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.6- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, independentemente de declaração expressa.

8.7- Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada

8.8- O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, independentemente de declaração expressa.

8.9- A proponente vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

8.10-Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), cabendo a este(a) agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública;

8.11-Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, **certidão de enquadramento no Estatuto Nacional do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.**

9.0 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1-A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2-Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1-Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2-A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3-A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3-O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4-O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5-Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6-O lance deverá ser ofertado pelo valor total do **LOTE**.

9.7-O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço por **LOTE**.

9.8-Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10-O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

9.11-O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

9.12-O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.



9.13-O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.14-O modo de disputa adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico será o **"ABERTO e FECHADO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado

9.15-A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.16-A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.17-Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.18-Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.19-Depois o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.20-Depois o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.21-Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.21-Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.22-No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.23-Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **após decorridas vinte e quatro horas da comunicação** do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.24-Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.25-Em relação a LOTES não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

9.25.1-Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25.2- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25.3-Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.25.5-No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25.6-Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



9.25.7-Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.25.8-Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.25.9-Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.25.10-A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.25.11-Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

9.25.12-A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata, ou revogar a licitação.

9.25.13-A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será desclassificada dos itens em que tenha usufruído dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

9.26-Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.26.1-A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.26.2-A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes e terá o prazo de 5 (cinco) minutos.

9.26.3-O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.26.4-O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os dados gerais da empresa, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando



necessários à confirmação daqueles exigidos este Edital e já apresentados.

9.26.5-É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.27- Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.0-DA FASE DE JULGAMENTO

10.1-Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

10.2-As proponentes serão informadas exclusivamente pelo sistema eletrônico sobre a habilitação ou inabilitação das vencedoras.

10.3-Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.4-Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.5 deste edital.

10.5-Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6-Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.6.1-contiver vícios insanáveis;

10.6.2-não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.6.3-apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.6.4-não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.6.5-apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.7-No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta) do valor orçado pela Administração, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.7.1-A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.7.2-que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.3-inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8-Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a)questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b)verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

c)levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

d)consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e)pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f)verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;



- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

10.9-Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9.1-Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.10-Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.10.1-O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.10.2-Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.0-DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1- Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de:

11.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



11.1.4 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação**.

11.3 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.4 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6-O pregoeiro solicitará da **PROPONENTE VENCEDORA**, que no prazo de **2 (duas) horas**, envie seus documentos de habilitação conforme exigência do edital.

11.7 - A Documentação de Habilitação da **PROPONENTE VENCEDORA** será verificada mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato **PDF** legível, os quais devem ser aberto pelo Pregoeiro após o término da disputa de lances, conforme segue:

11.6.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.6.1.1 - Cédula de Identidade do(s) administrador(es);

11.6.1.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;

11.6.1.3 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.6.1.4 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;

11.6.1.5 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.6.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.6.1.7 - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa; (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c. Ata de fundação da cooperativa;
- d. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;



- e. Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g. Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.

11.6.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.6.2.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.6.2.2 - **Balço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE e DMPL) dos dois últimos exercícios sociais (2021/2022)**, já exigíveis e apresentados *na forma da lei*, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.6.2.3 - Serão considerados como na forma da Lei, o Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial;

d) **As empresas constituídas a menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

11.6.2.4 - Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 11.6.2.2, deste tópico, no mínimo: balanço patrimonial, DRE e DMPL, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento.

11.6.2.5 - As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei.

11.6.2.5.1. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 11.6.2.2 engloba, no mínimo:

- I) Balço Patrimonial;
- II) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício;
- III) DMPL - Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- IV) Termos de abertura e de encerramento;
- V) Recibo de entrega de escrituração contábil digital;
- VI) Comprovante/termo de autenticação digital (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

11.6.2.6 - As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

11.6.2.2.6.1 - A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para maiores



informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 50 das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU no 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo;

11.6.2.7 - Com base nas informações constantes das Demonstrações Contábeis/Financeiras, as empresas deverão apresentar o memorial de cálculo dos índices financeiros, sendo qualificadas apenas as que forem consideradas solventes. Para isso serão utilizadas as seguintes definições e formulações: a boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), maior que um (>1), Solvência Geral (SG), maior que um (>1) e Liquidez Corrente (LC), maior que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.6.2.8 - A(s) empresa(s), que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **global** estimado da contratação (lotes).

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 69, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Nesse prazo, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

11.6.2.9 - O Microempreendedor Individual-MEI que no ano-calendário anterior não tenha auferido receita bruta de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §25 do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASNSIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual).

11.6.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.6.3.1 - Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação devendo conter no mínimo, as seguintes informações.



- a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- b) descrição do objeto contratado, e;
- c) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela PMA/CE para comprovação das informações:

11.6.3.2- A Prefeitura Municipal de Aracati, se resguarda no direito de diligenciar junto ao licitante emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 64 da Lei 14.133/2021, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

a) Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, e:

I - Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;

II - Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente.

11.6.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.6.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ devidamente ativa;

11.6.4.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.6.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.6.4.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.6.4.4.1 - No caso de Cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados, para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

11.6.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.7 OUTROS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (ANEXO VI)

- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Declaração de autenticidade dos documentos;
- d) Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa);
- e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – “que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços



perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

f) a proposta comercial compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurado na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes nessa data.

11.8-A falsidade da declaração de que trata o item 11.7, sub item d sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.9-Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

11.10-Será verificado se o licitante apresentou as declarações exigidas neste edital, sob pena de inabilitação;

11.12 – O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.13-A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet.

11.14-A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.15-Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.16-Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

11.17-No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

11.18-Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.19-Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.20 -As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no item 9.24.10 do Edital.

11.21-Conforme Lei nº 13.726/2018, fica dispensada a autenticação de cópias dos documentos apresentados. Em caso dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada. Faculta-se à Pregoeira a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados.

12.0 - DOS RECURSOS

12.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2-Transcorrida a fase de habilitação no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal e ficará 20 (vinte) minutos com o campo "Recursos" em aberto, momento este em que o licitante poderá registrar suas intenções recursais.

12.3-O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4-Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou



inabilitação do licitante:

- a) intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, as quais deverão ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4-Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5-O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6-Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7-O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será **de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8-O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9-O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10-Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Plataforma da **BLL Compras** <https://bll.org.br>.

13.0 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

1432.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.0 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O certame será sujeito à adjudicação e homologação pela respectiva Autoridade Competente, conforme Art. 71 da Lei 14.133/2021.

14.3 - A autoridade superior desta licitação se reserva o direito de não homologar a presente Licitação, no interesse da Administração e mediante fundamentação escrita, sem que caiba qualquer das licitantes o direito de reclamação ou indenização.

15.0 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

15.1 - Homologado o resultado do Pregão, respeitada a ordem de classificação dos itens a ser registrado, será(ão) convocada(s) a(s) adjudicatária(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços anexo deste edital, que aperfeiçoará o compromisso de execução dos serviços nas condições estabelecidas, que observará os termos da Lei nº 14.133 de 2021, e demais normas do edital desse procedimento licitatório.



15.1.1 - A classificação será mantida durante 12 (doze) meses, a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços que a critério da Administração poderá ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

15.2 - Constarão da Ata de Registro de Preços as seguintes informações:

- a) identificação do processo;
- b) caracterização do objeto;
- c) identificação das empresas vencedoras;
- d) planilha dos itens ofertados pelas licitantes classificadas, contendo descrição detalhada dos produtos, quantidade, marca, preço unitário e total;
- e) direitos e responsabilidades das partes;
- f) demais condições atinentes à execução do serviço.

15.3 - A Ata de Registro de Preços será lavrada em tantas vias quanto forem as empresas classificadas.

15.4 - A licitante que tenha o seu preço registrado será denominada beneficiária da Ata de Registro de Preços - ARP.

15.5 - A Convocação de que trata o item **15.1** deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena, de decair o direito à beneficência da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas no disposto no art. 90 da Lei nº 14.133 de 2021.

15.6 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obrigará-se a executar o objeto a ela adjudicado, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos propostos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

15.7 - Em caso de recusa ou impossibilidade da beneficiária do registro em assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando a mesma não apresentar justificativa, a Administração adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará as licitantes remanescente, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

15.8 - Na convocação das licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo a(s) convocada(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da realização do Pregão.

15.9 - Durante o prazo de validade da Ata, a Administração não ficará obrigada a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

15.10 - A contratação da empresa classificada, respeitados os demais critérios aqui descritos, far-se-á pelo Termo Contratual.

15.11 - Durante a validade da Ata de Registro de Preços a empresa beneficiária não poderá alegar a indisponibilidade de fornecer o objeto ora licitado, sob pena, de lhe serem aplicadas as sanções previstas no presente Edital.

15.12 - A Unidade Administrativa promotora da presente licitação será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços - ARP.

16.0 DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - A Ata do Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 82 da Lei nº 14.133 de 2021, e demais normas do edital desse procedimento licitatório.

16.1.1 - O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Administração, promover as necessárias negociações junto à(s) Beneficiária(s) da ARP.

16.2 - Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá:

- 16.2.1 - Convocar a empresa adjudicatária, para negociar a adequada redução do preço;
- 16.2.2 - Liberar a empresa adjudicatária do compromisso assumido, caso se frustrar essa negociação;



16.2.3 - Convocar as remanescentes visando igual oportunidade de negociação.

16.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior ao registrado e a Beneficiária da ARP, mediante requerimento fundamentado, demonstrar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Administração poderá:

16.3.1 - Liberar a Beneficiária da ARP do compromisso assumido, sem iniciar procedimento para apurar falta que implique em aplicação de penalidade, se confirmado a veracidade dos motivos apresentados e se a comunicação ocorrer antes do início da execução do contrato;

16.3.2 - Convocar as demais Beneficiárias da ARP visando igual oportunidade de negociação.

16.4 - Frustradas as negociações, a Administração providenciará a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

17.0 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

17.2- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

17.3- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

17.4- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

17.5- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.5.1- Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.6- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 17.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.7- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

17.8- O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

17.8.1- Por razão de interesse público;

17.8.2- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

17.8.3- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

18.0 - DO CONTRATO

18.1 - Após a homologação e a assinatura da Ata de Registro de Preço, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas



partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da convocação encaminhada à licitante vencedora;

18.2 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

18.4 - O prazo de vigência da contratação será até o final do exercício financeiro;

18.5 - Se a Adjudicatária injustificadamente recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

18.6 - A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por Agente Público especialmente designado para este fim pela Unidade Gerenciadora da Licitação, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

19.0 - DO REAJUSTAMENTO

19.1 - Os preços registrados não sofrerão reajuste durante a vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, salvo na condição do teor do item 20.1 deste edital, utilizando a variação de índices oficiais à época do reajuste.

20.0 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo de alteração, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 134 da lei nº 14.133/2021.

21.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 - As obrigações da Contratante são aquelas arroladas no Termo de Referência na Minuta Contratual, anexo deste edital.

22.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 - As obrigações da Contratada são aquelas arroladas no Termo de Referência e na Minuta Contratual, anexo deste edital.

23.0 - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

23.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no termo de referência na Minuta Contratual, anexo deste edital.

24.0 - DO PAGAMENTO

24.1 - O pagamento será efetuado proporcionalmente ao que for solicitado pela Contratante, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada;



24.2 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

24.3 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo Art. 12º da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime;

24.4 - O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada;

24.5 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

24.6 - A Liberação do pagamento fica condicionada à apresentação de documentos em originais, xerocópia acompanhadas dos originais ou de xerocópia autenticada, da regularidade para com as Fazendas Federal (CND Tributos Federais), Estadual (CND Tributos Estaduais), Municipal (CND Tributos Municipais) e Trabalhista (CND Trabalhista);

24.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

25.0 - DA SUBCONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

25.1 - Não será permitida a subcontratação do contrato.

26.0 - DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1 - A critério da Administração e conforme o caso poderá ser exigido prestação de garantia para esta contratação visando à segurança da execução do contrato e eventuais alterações.

27.0 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 – As penalidades estão previstas na Minuta do Contrato anexa a este edital.

28.0 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO:

28.1 – ESCLARECIMENTO:

28.1.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital e seus anexos, deverão ser enviados para o Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do meio eletrônico: (<https://www.bll.org.br>), bem como também via email nataniele.gondim@aracati.ce.gov.br, identificando o número do pregão.

28.1.2 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03(três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

28.1.3 - Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

28.1.4 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

28.2 – IMPUGNAÇÃO:

28.2.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, mediante petição por escrito, protocolizada, na sala de licitações da Prefeitura, situada no endereço constante do preâmbulo deste edital ou através do meio eletrônico: (<https://www.bll.org.br/>). bem como também via email nataniele.gondim@aracati.ce.gov.br, que preencham os seguintes requisitos:

28.2.1.1 - o endereçamento ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de ARACATI;



28.2.1.2 - a identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, dentro do prazo editalício;

28.2.1.3 - o fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

28.2.1.4 - o pedido, com suas especificações;

28.2.2 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

28.2.3 - No caso de acolhimento da petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas;

28.2.4 - Não serão acolhidas as impugnações imotivadas, apresentadas intempestivamente e/ou subscritas por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela licitante;

28.2.5 - As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame;

28.2.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

29.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - Todas as declarações exigidas neste edital deverão ser assinadas por representante legal da licitante.

29.2 - Os anexos oferecidos pela administração são apenas para orientação a Licitante não havendo a necessidade de serem reproduzidos exatamente iguais, bastando não comprometer o entendimento do que se exige.

29.3 - O Pregoeiro ou à Autoridade Superior, facultativamente, poderá em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

29.4 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

29.5 - Não serão considerados motivos para desclassificação as simples omissões (não essenciais) ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos das demais licitantes, sendo a decisão, para tanto, de total consentimento da comissão.

29.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.8 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.9 - Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

29.10 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Aracati/CE**, com exclusão de qualquer outro.

29.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Termo de Referência

ANEXO III - Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Termo de Adesão – BLL;

ANEXO V – Custo pela Utilização do Sistema;



- ANEXO VI – Modelo de Declarações;
- ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- ANEXO VIII – Minuta do Contrato;

Aracati/CE, 08 de março de 2024.

ELABORADO E APROVADOR POR:

Wilsirlane da Silva Caracas
Secretária de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
ÓRGÃO GERENCIADOR



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. OBJETO:

1.1. Aquisição de material de construção para atender as necessidades da secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do município de Aracati/ce.

2.0. ORGÃO REQUISITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Da Lei 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, com suas alterações, bem como pelas normas contidas no presente Termo de referência.

4.0. JUSTIFICATIVA:

A secretaria de Infraestrutura é responsável por programar, projetar, contratar e executar, diretamente ou através de terceiros, obras e serviços de engenharia, que abrangem a construção, a reforma, ampliação e manutenção de vias, prédios, logradouros públicos, obras de infraestrutura de saneamento e drenagem, o município já entregou diversos equipamentos públicos como: Praças, Estradas, recuperação de prédios históricos, areninhas, construção de platôes, além de ser responsável também pela administração do Mercado Público Municipal, Rodoviária Municipal e Cemitérios.

A manutenção de equipamentos públicos é para renovar, manter, preservar, prevenir e corrigir o patrimônio público, fazendo com o que os mesmos se mantenham em plena funcionalidade para os munícipes. Desta forma, a secretaria dispõe de equipe para que possam fiscalizar e também manter os equipamentos disponíveis em estado adequado para utilização realizando serviços de pintura, elétrica, hidráulica, reparo estrutural, manutenção da malha viária, serviço de limpeza e drenagem, necessitando de mão de obra e materiais de construção disponíveis para tais serviços.

Atualmente o município de Aracati possui os seguintes equipamentos de utilidade pública, além de equipamentos públicos utilizados por outras secretarias de menor porte que não disponibiliza de material e equipe de manutenção e assim que requerem manutenções preventivas e corretivas.

ITEM	EQUIPAMENTO	UND	QNTD.
1	ARENINHAS	UND	39

X



2	PRAÇAS	UND	47
3	QUADRAS	UND	30
4	PLATÔRES	UND	4
5	PAV. ASFALTO	KM	163
6	PAV. INTERTRAVADO	KM	47
7	PAV. PARALELEPÍPEDO	KM	10
8	ACADEMIAS AO AR LIVRE	UND	53
9	PARQUINHOS AO AR LIVRE	UND	48
TOTAL DE EQUIPAMENTOS:			441

Além disso outros serviços como:

- Limpeza de bueiros e canais de águas pluviais, principalmente em períodos que antecede o quadro chuvoso;
- Recuperação de chafarizes nas comunidades;
- Serviços de instalações elétricas para festividades do município com pré-carnaval, carnaval, Semana Santa, São Joao, Festival Gastronômico, entre outros;
- Recuperação e instalação de luminárias na sede e nas comunidades;
- Recuperação de instalações hidrosanitários nos equipamentos públicos;
- Recuperação e manutenção de calçamento (paralelepípedo e Intertravado)
- Recuperação de estradas vicinais
- Manutenção preventiva e corretiva nos cemitérios da sede e comunidades assim como preparativos para datas de maior fluxo como dia das mães, dos pais e dia dos finados.

Em exercícios anteriores da atual gestão, tais problemas foram solucionados através do contrato de material de construção, onde os insumos presentes auxiliaram na solução de diversos problemas durando o ano.

5.1 - Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes da tabela abaixo:

LOTE 1 – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
1.1	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS,	PCT	10	R\$ 4,48	R\$ 44,80



	COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM PACOTE COM 100				
1.2	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *3,5* MM PACOTE COM 100	PCT	10	R\$ 9,54	R\$ 95,40
1.3	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 300 X *4,8* MM PACOTE COM 100	PCT	10	R\$ 27,75	R\$ 277,50
1.4	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1 1/2" PACOTE COM 50	PCT	5	R\$ 1,39	R\$ 6,95
1.5	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 2 1/2" PACOTE COM 50	PCT	5	R\$ 1,88	R\$ 9,40
1.6	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4" PACOTE COM 100	PCT	5	R\$ 1,36	R\$ 6,80
1.7	BASE RELE COM SUPORTE METÁLICO	UNID	7	R\$ 8,28	R\$ 57,96
1.8	CHAVE BOIA AUTOMÁTICA ELÉTRICA	UNID	10	R\$ 38,46	R\$ 384,60
1.9	CABO COBRE NU 25MM2	M	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
1.10	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	PC	100	R\$ 175,17	R\$ 17.517,00
1.11	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICI-IAMA BWF-8, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	PC	100	R\$ 416,50	R\$ 41.650,00



1.12	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	PC	100	R\$ 480,00	R\$ 48.000,00
1.13	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	PC	50	R\$ 753,33	R\$ 37.666,50
1.14	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16MM2	PC	50	R\$ 1.174,67	R\$ 58.733,50
1.15	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	PC	5	R\$ 1.426,82	R\$ 7.134,10
1.16	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 35 MM2	PC	5	R\$ 1.513,00	R\$ 7.565,00
1.17	CABO PARALELO 2X2,5MM	PC	100	R\$ 267,10	R\$ 26.710,00
1.18	CABO PP 2X2,5MM	PC	125	R\$ 419,63	R\$ 52.453,75
1.19	CABO PP 3X2,5MM	PC	30	R\$ 526,23	R\$ 15.786,90
1.20	CABO PP 3X4MM	PC	30	R\$ 812,51	R\$ 24.375,30
1.21	CABO PP 4X6MM	PC	30	R\$ 1.464,84	R\$ 43.945,20
1.22	CAIXA DE PLÁSTICO 4" X 2" (PADRÃO MUTIRÃO)	UNID	200	R\$ 1,43	R\$ 286,00



1.23	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNID	40	R\$ 1,46	R\$ 58,40
1.24	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNID	40	R\$ 2,57	R\$ 102,80
1.25	CAIXA EXTERNA DE MEDIÇÃO MONOFASICO COM VISOR	UNID	20	R\$ 59,87	R\$ 1.197,40
1.26	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	35	R\$ 7,11	R\$ 248,85
1.27	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 1,06	R\$ 42,40
1.28	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 3,25	R\$ 130,00
1.29	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 5,68	R\$ 227,20
1.30	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 5,06	R\$ 202,40
1.31	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 8,16	R\$ 326,40
1.32	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNID	30	R\$ 13,65	R\$ 409,50
1.33	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 12,67	R\$ 506,80
1.34	CURVA BOX RÍGIDA 2"	UNID	30	R\$ 18,29	R\$ 548,70



1.35	DISJUNIDTOR MONOFASICO 10AMP	UNID	40	R\$ 11,18	R\$ 447,20
1.36	DISJUNIDTOR MONOFASICO 16AMP	UNID	40	R\$ 11,66	R\$ 466,40
1.37	DISJUNIDTOR MONOFASICO 20AMP	UNID	40	R\$ 11,18	R\$ 447,20
1.38	DISJUNIDTOR MONOFASICO 25AMP	UNID	40	R\$ 11,01	R\$ 440,40
1.39	DISJUNIDTOR MONOFASICO 32AMP	UNID	40	R\$ 11,18	R\$ 447,20
1.40	DISJUNIDTOR MONOFASICO 40AMP	UNID	40	R\$ 13,10	R\$ 524,00
1.41	DISJUNIDTOR MONOFASICO 50AMP	UNID	40	R\$ 13,50	R\$ 540,00
1.42	DISJUNIDTOR TRIFASICO 10AMP	UNID	40	R\$ 52,09	R\$ 2.083,60
1.43	DISJUNIDTOR TRIFASICO 20AMP	UNID	40	R\$ 47,78	R\$ 1.911,20
1.44	DISJUNIDTOR TRIFASICO 63AMP	UNID	40	R\$ 61,72	R\$ 2.468,80
1.45	DISJUNIDTOR TRIFASICO 125AMP	UNID	10	R\$ 163,25	R\$ 1.632,50
1.46	DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 25AMP	UNID	15	R\$ 128,54	R\$ 1.928,10
1.47	DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 50AMP	UNID	15	R\$ 138,54	R\$ 2.078,10
1.48	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCA VELDE 1 ", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 11,83	R\$ 591,50
1.49	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCA VEL DE 1 / 2 ", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 5,34	R\$ 267,00
1.50	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCA VEL DE 1 1 / 2 ", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 4,45	R\$ 222,50



1.51	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 12,39	R\$ 619,50
1.52	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 2", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 71,93	R\$ 3.596,50
1.53	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM COM 50 METROS	PC	30	R\$ 64,63	R\$ 1.938,90
1.54	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM COM 25 METROS	PC	30	R\$ 92,70	R\$ 2.781,00
1.55	ESPELHO CEGO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNID	50	R\$ 2,73	R\$ 136,50
1.56	ESPELHO CEGO 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNID	30	R\$ 6,29	R\$ 188,70
1.57	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 3X3"	UNID	30	R\$ 2,95	R\$ 88,50
1.58	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 4X4"	UNID	30	R\$ 4,54	R\$ 136,20
1.59	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UNID	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
1.60	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO) 10M	UNID	60	R\$ 23,48	R\$ 1.408,80
1.61	INTERRUPTOR 3 SEÇÕES 10A.MP PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 13,73	R\$ 686,50
1.62	CONJUNIDTO ASTOP SEM DISJUNIDTOR	UNID	100	R\$ 20,43	R\$ 2.043,00
1.63	LAMPADA LED 20W	UNID	350	R\$ 19,66	R\$ 6.881,00
1.64	LAMPADA LED 30W, BASE E27	UNID	350	R\$ 30,15	R\$ 10.552,50
1.65	LAMPADA LED 40W, BASE E27	UNID	350	R\$ 40,29	R\$ 14.101,50



1.66	LAMPADA LED 50W, BASE E27	UNID	350	R\$ 50,28	R\$ 17.598,00
1.67	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 40W, BIVOLT	UNID	45	R\$ 17,11	R\$ 769,95
1.68	LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 250W/220V	UNID	15	R\$ 63,44	R\$ 951,60
1.69	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 3,05	R\$ 305,00
1.70	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 4,00	R\$ 400,00
1.71	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
1.72	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 6,41	R\$ 641,00
1.73	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 1,91	R\$ 191,00
1.74	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 6 A 8 DISJUNIDTORES DIN	UNID	30	R\$ 66,63	R\$ 1.998,90
1.75	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 12 DISJUNIDTORES A 16 DISJUNIDTORES DIN	UNID	30	R\$ 63,41	R\$ 1.902,30
1.76	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 3 DISJUNIDTORES A 4 DISJUNIDTORES DIN	UNID	30	R\$ 21,30	R\$ 639,00



1.77	REATOR P/ LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W	UNID	15	R\$ 59,05	R\$ 885,75
1.78	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 10 W	UNID	35	R\$ 22,18	R\$ 776,30
1.79	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UNID	35	R\$ 41,85	R\$ 1.464,75
1.80	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UNID	35	R\$ 56,48	R\$ 1.976,80
1.81	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 100 W	UNID	100	R\$ 95,56	R\$ 9.556,00
1.82	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 200 W	UNID	100	R\$ 236,62	R\$ 23.662,00
1.83	REFLETOR LED 1000W BRANCO FRIO QUANTIDADE DE LUMENS: 90000 LÚMENS COR DA LUZ: BRANCO FRIO (6500 - 7000K) TEMPERATURA DE TRABALHO:- 20-+ 60° C (-4-+ 140 ° F) POTÊNCIA: 1000W IMPERMEÁVEL: IP66 VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS MATERIAL: ALUMÍNIO / VIDRO TEMPERADO	UNID	20	R\$ 441,90	R\$ 8.838,00
1.84	SOQUETE PRATICO BOCAL LOUÇA	UNID	250	R\$ 4,26	R\$ 1.065,00
1.85	SOQUETE C/ RABICHO PRETO	UNID	200	R\$ 3,42	R\$ 684,00
1.86	TOMADA 2P+T 10A, 250V, PARA EMBUTIR	UNID	225	R\$ 6,56	R\$ 1.476,00
1.87	TOMADA DUPLA 2P+T 10A, 250V, PARA SOBREPOR	UNID	225	R\$ 10,93	R\$ 2.459,25
1.88	TOMADA DUPLA 2P+T 10A 250V, PARA EMBUTIR	UNID	225	R\$ 9,43	R\$ 2.121,75
1.89	TOMADA RJ45	UNID	85	R\$ 15,88	R\$ 1.349,80
Valor global do Lote 1: (Quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)					R\$ 532.474,46



LOTE 02 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V.ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V.ESTIMADO GLOBAL R\$
2.1	AREIA GROSSA	M3	600	R\$ 112,03	R\$ 67.218,00
2.2	ARGAMASSA COLANTE AC II	PCT	250	R\$ 9,19	R\$ 2.297,50
2.3	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	PCT	100	R\$ 24,84	R\$ 2.484,00
2.4	BRITA 1	M3	250	R\$ 145,08	R\$ 36.270,00
2.5	BRITA 2	M3	150	R\$ 147,08	R\$ 22.062,00
2.6	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (SACO DE 50 KG)	PCT	3100	R\$ 45,53	R\$ 141.143,00
2.7	PISO PEDRA CARIRI E=2CM	M2	70	R\$ 31,84	R\$ 2.228,80
2.8	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	200	R\$ 93,25	R\$ 18.650,00
2.9	REJUNIDTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	100	R\$ 4,28	R\$ 428,00
2.10	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UNID	5000	R\$ 0,85	R\$ 4.250,00
2.11	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	UNID	5	R\$ 34,27	R\$ 171,35
2.12	ALICATE UNID VERSAL. 8"	UNID	5	R\$ 34,30	R\$ 171,50
2.13	ALICATE DE BICO 6"	UNID	5	R\$ 25,31	R\$ 126,55
2.14	BOTA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO	PAR	50	R\$ 72,28	R\$ 3.614,00



2.15	BOTA SETE LÉGUAS CANO LONGO	PAR	50	R\$ 53,40	R\$ 2.670,00
2.16	BUCHA DE NYLON NUMERO 6	UNID	1000	R\$ 0,10	R\$ 100,00
2.17	BUCHA DE NYLON NUMERO 8	UNID	1000	R\$ 0,14	R\$ 140,00
2.18	BUCHA DE NYLON NUMERO 10	UNID	1000	R\$ 0,25	R\$ 250,00
2.19	BUCHA DE NYLON NUMERO 12	UNID	500	R\$ 0,52	R\$ 260,00
2.20	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM	UNID	25	R\$ 31,93	R\$ 798,25
2.21	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM	UNID	25	R\$ 23,45	R\$ 586,25
2.22	CARRO DE MAO EXTRA FORTE 3,25X8 60 L	UNID	25	R\$ 384,94	R\$ 9.623,50
2.23	COLHER DE PEDREIRO	UNID	10	R\$ 24,01	R\$ 240,10
2.24	CHIBANCA	UNID	20	R\$ 112,92	R\$ 2.258,40
2.25	CINTO PARAQUEDISTA INTREGRADO 3 PONTAS COM TALABARTE Y ABS ELASTIZADO	UNID	5	R\$ 237,81	R\$ 1.189,05
2.26	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RÍGIDO COM FAIXA REFLETIVA 75CM	UNID	10	R\$ 60,70	R\$ 607,00
2.27	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UNID	20	R\$ 30,28	R\$ 605,60
2.28	DISCO DE CORTE PARA METAL 10	UNID	20	R\$ 12,93	R\$ 258,60
2.29	DISCO DE DESBASTE AÇO INOX 9	UNID	10	R\$ 17,57	R\$ 175,70



2.30	DISCO DE LIXA PARA METAL, DIÂMETRO = 180 MM, GRAO 120	UNID	10	R\$ 11,50	R\$ 115,00
2.31	ENXADA 2 1/2 CM COM CABO DE 1.50M	UNID	10	R\$ 47,24	R\$ 472,40
2.32	ESCADA DE AÇO 7 DEGRAUS	UNID	5	R\$ 359,12	R\$ 1.795,60
2.33	ESCADA ALUMUNIDO EXTENSÍVEL DUPLA 3,9X5,05 2X10 20 DEGRAUS	UNID	5	R\$ 1.295,30	R\$ 6.476,50
2.34	FITA CREPE 24MMX50M	UNID	70	R\$ 10,25	R\$ 717,50
2.35	FITA CREPE 48MMX50M	UNID	70	R\$ 13,10	R\$ 917,00
2.36	LIXA DAGUA EM FOLHA, GRAO 100	UNID	200	R\$ 1,61	R\$ 322,00
2.37	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UNID	200	R\$ 2,96	R\$ 592,00
2.38	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120	UNID	200	R\$ 1,87	R\$ 374,00
2.39	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2	200	R\$ 10,39	R\$ 2.078,00
2.40	LUVA DE RAPA COM PUNHO CANO CURTO 7 CM	PAR	50	R\$ 13,65	R\$ 682,50
2.41	MARTELO	UNID	15	R\$ 33,21	R\$ 498,15
2.42	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/4" X 2 MM	PC	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
2.43	OCULOS DE SEGURANÇA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTEÇÃO UVA E UVB	UNID	20	R\$ 6,36	R\$ 127,20



2.44	PA DE BICO COM CABO DE 71CM	UNID	20	R\$ 46,43	R\$ 928,60
2.45	PA QUADRADA	UNID	20	R\$ 59,05	R\$ 1.181,00
2.46	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIÂMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	UNID	1000	R\$ 0,39	R\$ 390,00
2.47	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIÂMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	UNID	1000	R\$ 1,58	R\$ 1.580,00
2.48	PRUMO DE CENTRO EM ACO *400* G	UNID	2	R\$ 30,64	R\$ 61,28
2.49	PICARETA	UNID	10	R\$ 120,39	R\$ 1.203,90
2.50	REGUA DE PEDREIRO	UNID	10	R\$ 29,70	R\$ 297,00
2.51	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 250 G	UNID	50	R\$ 31,02	R\$ 1.551,00
2.52	TRENA METALICA 5M	UNID	5	R\$ 17,00	R\$ 85,00
2.53	FITA MÉTRICA 50M	UNID	5	R\$ 53,15	R\$ 265,75
2.54	TRICUTE	ROLO	5	R\$ 159,99	R\$ 799,95
2.55	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	UNID	10	R\$ 8,97	R\$ 89,70
2.56	ESPATULA DE ACO INOX COM CASO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	UNID	20	R\$ 8,23	R\$ 164,60
2.57	ESPÁTULA DE PLÁSTICO LISA, LARGURA 10 CM	UNID	20	R\$ 5,00	R\$ 100,00
2.58	FUNIDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	GALAO	100	R\$ 91,42	R\$ 9.142,00



2.59	FUNIDO SINTÉTICO NIVELADOR BRANCO FOSCO PARA MADEIRA 18L	BALDE	50	R\$ 124,97	R\$ 6.248,50
2.60	PIGMENTOS LIQUIDO 50ML	UNID	150	R\$ 4,05	R\$ 607,50
2.61	MASSA ACRÍLICA 25KG	BALDE	500	R\$ 81,10	R\$ 40.550,00
2.62	MASSA CORRIDA 22KG	BALDE	500	R\$ 44,97	R\$ 22.485,00
2.63	PINCEL CHATO (TRINCHA)	UNID	220	R\$ 5,92	R\$ 1.302,40
2.64	ROLO DE ESPONJA 23 CM	UNID	130	R\$ 16,10	R\$ 2.093,00
2.65	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UNID	130	R\$ 16,53	R\$ 2.148,90
2.66	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AG UARRAS	LITRO	350	R\$ 16,45	R\$ 5.757,50
2.67	SUPERCAL PACOTE COM 5KG	PCT	1900	R\$ 8,08	R\$ 15.352,00
2.68	TEXTURA ACRÍLICA BALDE DE 25KG	BALDE	1000	R\$ 110,14	R\$ 110.140,00
2.69	TINTA DERMACAÇÃO VIARIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA (UTILIZADA PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSITO)	BALDE	15	R\$ 320,17	R\$ 4.802,55
2.70	TINTA PISO	BALDE	150	R\$ 185,00	R\$ 27.750,00
2.71	TINTA EPOXI BRANCA GALAO 3,6L	GALAO	100	R\$ 261,67	R\$ 26.167,00
2.72	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE SOLVENTE 3,6 LITROS	GALAO	300	R\$ 70,00	R\$ 21.000,00
2.73	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE AGUA 3,6 LITROS	GALAO	300	R\$ 117,71	R\$ 35.313,00



2.74	ESMALTE RESINA A BASE D'AGUA 3,6 LITROS	GALAO	50	R\$ 62,13	R\$ 3.106,50
2.75	TINTA LATEX ACRÍLICA BALDE DE 18 LITROS	BALDE	900	R\$ 108,50	R\$ 97.650,00
2.76	TINTA SPRAY 400 ML (DIVERSAS CORES)	UNID	50	R\$ 16,13	R\$ 806,50
2.77	VERNIZ MADEIRA INCOLOR	GALAO	100	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00
Valor global do Lote 2: (Setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e treze centavos).					R\$ 785.665,13

LOTE 03 – MATERIAL DE MADEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
3.1	BARROTE DE 5X5 MASSARANDUBA	M	100	R\$ 15,76	R\$ 1.576,00
3.2	CERAMICA ESMALTADA DIMENSÕES 40X40CM	M2	300	R\$ 34,67	R\$ 10.401,00
3.3	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 10MM, DE *1,60 X 2,20* M	FOLHA	30	R\$ 159,97	R\$ 4.799,10
3.4	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 15 MM, DE *1,60 X 2,20* M	FOLHA	30	R\$ 162,29	R\$ 4.868,70
3.5	DOBRADIÇA EM ACO/FERHO, 3" X 12 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANFI, CROMADO OU ZINCADO	UNID	100	R\$ 5,75	R\$ 575,00
3.6	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO, MAQUINA 40 MM, MAÇANETAS ALAVANCA E	UNID	50	R\$ 44,82	R\$ 2.241,00



	ROSETAS REDONDAS EM METAL CROMADO • NIVEL SEGURANÇA MEDIO • COMPLETA				
3.7	FECHADURA PARA PORTA INTERNA, MAQUINA 40 MM, MAÇANETA ALAVANCA E ESPELHO EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANÇA MEDIO - COMPLETA	UNID	100	R\$ 32,82	R\$ 3.282,00
3.8	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE	UNID	100	R\$ 52,66	R\$ 5.266,00
3.9	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 3 POLEGADAS	UNID	20	R\$ 4,75	R\$ 95,00
3.10	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 4 POLEGADAS	UNID	20	R\$ 4,67	R\$ 93,40
3.11	FERROLHO CHATO, ZINCADO DE 4 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 4,78	R\$ 47,80
3.12	PORTA LISA DE CEDRO 0.60X2.10M	UNID	5	R\$ 192,47	R\$ 962,35
3.13	PORTA LISA DE CEDRO 0.70X2.10M	UNID	5	R\$ 243,91	R\$ 1.219,55
3.14	PORTA LISA DE CEDRO 0.80X2.10M	UNID	5	R\$ 220,00	R\$ 1.100,00
3.15	FOLHA PORTA PARANÁ (0,60X2,10M)	UNID	5	R\$ 146,27	R\$ 731,35
3.16	FOLHA PORTA PARANÁ (0,70X2,10M)	UNID	5	R\$ 149,60	R\$ 748,00
3.17	FOLHA PORTA PARANÁ (0,80X2,10M)	UNID	5	R\$ 148,94	R\$ 744,70
3.18	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,60 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 310,80	R\$ 1.554,00



3.19	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,70 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 310,80	R\$ 1.554,00
3.20	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,80 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 338,10	R\$ 1.690,50
3.21	PREGO 1 1/4 x 15	KG	80	R\$ 24,51	R\$ 1.960,80
3.22	PREGO 2 1/2x10 (18X27)	KG	80	25,40	R\$ 2.032,00
Valor global do Lote 3: (Quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)					R\$ 47.542,25

LOTE 04 – MATERIAL HIDROSANITÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
4.1	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 175GR	UNID	30	R\$ 20,59	R\$ 617,70
4.2	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	UNID	30	R\$ 60,88	R\$ 1.826,40
4.3	ASSENTO SANITARIO DE PLÁSTICO TIPO CONVENCIONAL	UNID	50	R\$ 26,23	R\$ 1.311,50
4.4	BACIA SANITÁRIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA	UNID	50	R\$ 352,90	R\$ 17.645,00
4.5	BACIA SANITÁRIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	UNID	50	R\$ 271,64	R\$ 13.582,00
4.6	BOMBA SAPO	UNID	5	R\$ 356,83	R\$ 1.784,15
4.7	BOMBA MONOFASICA 0,5cv	UNID	5	R\$ 1.312,73	R\$ 6.563,65
4.8	BOMBA TRIFASICA 1cv	UNID	5	R\$ 1.631,67	R\$ 8.158,35
4.9	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 326,55	R\$ 1.632,75



4.10	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 588,14	R\$ 2.940,70
4.11	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 5000 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 3.107,06	R\$ 15.535,30
4.12	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 10000 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 4.950,14	R\$ 24.750,70
4.13	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA (COMPLETA)	UNID	30	R\$ 43,76	R\$ 1.312,80
4.14	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNID	30	R\$ 26,20	R\$ 786,00
4.15	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 185 X 75MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNID	30	R\$ 33,50	R\$ 1.005,00
4.16	CHUVEIRO PLÁSTICO	UNID	30	R\$ 8,60	R\$ 258,00
4.17	ENGATE PLÁSTICO	UNID	70	6,4	R\$ 448,00
4.18	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (LXC)	UNID	150	R\$ 6,27	R\$ 940,50
4.19	JOELHO PVC SOLDAVEL 32 MM	UNID	40	R\$ 3,39	R\$ 135,60
4.20	JOELHO PVC SOLDAVEL 60 MM	UNID	40	R\$ 28,50	R\$ 1.140,00
4.21	JOELHO PVC SOLDAVEL 25 MM	UNID	40	R\$ 1,02	R\$ 40,80
4.22	JOELHO PVC SOLDAVEL 40 MM	UNID	40	R\$ 5,24	R\$ 209,60
4.23	JOELHO PVC 45 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 7,52	R\$ 300,80
4.24	JOELHO PVC 45 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 4,81	R\$ 192,40
4.25	JOELHO PVC 45 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 5,02	R\$ 200,80



4.26	JOELHO PVC 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 5,52	R\$ 220,80
4.27	JOELHO PVC 90 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 2,14	R\$ 85,60
4.28	JOELHO PVC 90 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 3,59	R\$ 143,60
4.29	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 25 MM	UNID	40	R\$ 1,81	R\$ 72,40
4.30	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 45 GRAUS, 32 MM	UNID	40	R\$ 4,84	R\$ 193,60
4.31	LAVATORIO LOUCA BRANCA COM COLUNA	UNID	20	R\$ 192,50	R\$ 3.850,00
4.32	LUVA PVC SOLDAVEL 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 1,30	R\$ 65,00
4.33	LUVA PVC SOLDAVEL 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 3,17	R\$ 158,50
4.34	LUVA PVC SOLDAVEL 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 4,76	R\$ 238,00
4.35	LUVA PVC SOLDAVEL 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 12,67	R\$ 633,50
4.36	LUVA PVC 100 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 6,99	R\$ 489,30
4.37	LUVA PVC 40 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 1,86	R\$ 130,20
4.38	LUVA PVC 50 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 4,99	R\$ 349,30
4.39	LUVA PVC 75 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 7,30	R\$ 511,00
4.40	REGISTRO DE ESFERA PVC 25MM	UNID	30	R\$ 7,03	R\$ 210,90
4.41	REGISTRO DE ESFERA PVC DE 3/4"	UNID	30	R\$ 14,63	R\$ 438,90
4.42	REGISTRO DE PRESSÃO BASE COM ACABAMENTO DE 3/4"	UNID	30	R\$ 84,34	R\$ 2.530,20
4.43	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 1" (REF 1509)	UNID	30	R\$ 59,40	R\$ 1.782,00



4.44	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 3/4" (REF 1509)	UNID	30	R\$ 65,14	R\$ 1.954,20
4.45	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 2" (REF 1509)	UNID	30	R\$ 235,44	R\$ 7.063,20
4.46	TORNEIRA BOIA 3/4"	UNID	30	R\$ 21,61	R\$ 648,30
4.47	TORNEIRA METAL PARA PIA MESA BICA MOVEL 1169	UNID	15	R\$ 62,05	R\$ 930,75
4.48	TORNEIRA METAL PARA JARDIM 1128 3/4 CROMADA	UNID	15	R\$ 38,00	R\$ 570,00
4.49	TORNEIRA METAL P/ TANQUE 1126 3/4 CROMADA	UNID	15	R\$ 57,83	R\$ 867,45
4.50	TORNEIRA METAL P/ PIA 1158	UNID	15	R\$ 52,23	R\$ 783,45
4.51	TORNEIRA METAL P/ LAVATORIO BICA MOVEL 1195 C 29 1/4 VOLTA	UNID	15	R\$ 69,97	R\$ 1.049,55
4.52	TORNEIRA METAL P/ JARDIM 1128 3/4 AMARELO	UNID	15	R\$ 48,72	R\$ 730,80
4.53	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM - (NBR 5688)	UNID	150	R\$ 93,31	R\$ 13.996,50
4.54	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM - (NBR 5688)	UNID	150	R\$ 35,11	R\$ 5.266,50
4.55	TUBO PVC ESGOTO DE 75MM - (NBR 5688)	UNID	150	98,67	R\$ 14.800,50
4.56	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 77,00	R\$ 11.550,00
4.57	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 91,45	R\$ 13.717,50
4.58	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 27,87	R\$ 4.180,50
4.59	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 49,90	R\$ 7.485,00



Valor global lote 4: (Duzentos e um mil e quinze reais e cinquenta centavos)	R\$ 201.015,50
---	-----------------------

LOTE 05 – MATERIAL DE FERRAGENS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
5.1	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	KG	15	R\$ 12,00	R\$ 180,00
5.2	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	15	R\$ 13,00	R\$ 195,00
5.3	ACO CA-60, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	15	R\$ 12,00	R\$ 180,00
5.4	ARAME GALVANIZADO 20 BWG	KG	50	R\$ 27,49	R\$ 1.374,50
5.5	ARAME RECOZIDO 18 PT	KG	25	R\$ 31,74	R\$ 793,50
5.6	TELA ARAME GALVANIZADO FIO 14 MALHA 2,5"	M2	70	R\$ 38,59	R\$ 2.701,30
Valor global lote 5: (Cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)					R\$ 5.424,30

LOTE 06 – MATERIAL ASFALTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
6.1	MANTA LIQUIDA 18 LITROS	UNID	20	R\$ 266,48	R\$ 5.329,60
6.2	PRIMER ASFALTICO 18 LITROS	UNID	20	R\$ 280,14	R\$ 5.602,80
Valor global lote 6: (Dez mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos)					R\$ 10.932,40



5.2. As pesquisas de preços foram realizadas conforme as normas estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021.

5.2.1. Ainda de acordo com o Art. 3º dessa IN, segue informações mínimas necessárias sobre a pesquisa de preços que integra esse processo:

I- Foi designado (a) o(a) servidor **PEDRO HENRIQUE SILVA COSTA**, como o agente responsável pela cotação;

II- A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 5º § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021, empregados de forma combinada: primeiramente, foram consultados os preços através do sítio “precodereferencia.m2atecnologia.com.br”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da in N° 65/2021 (pesquisa de compras públicas dos Municípios do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Governo Federal e pesquisa em contratações públicas similares).

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Menor preço por Lote

7.2. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO POR LOTE

Propomos o agrupamento dos itens, buscando uma logística de optar pela utilização de LOTES no processo de aquisição ao invés de itens unitários pelas seguintes justificativas:

O processo licitatório em tela objetiva e tem a efetiva necessidade de aquisição de material de construção necessários para realização das demandas de serviços de manutenção preventiva e corretiva, construção, recuperação e conservação das instalações prediais e equipamentos públicos. A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por consolidar as entregas a partir de um único fornecedor vencedor do referido LOTE, gerando assim maior eficiência na gestão contratual, bem como no processo de entrega, haja vista que é notório o fato de que ao se utilizar de muitos fornecedores para entrega, aumenta-se a incidência de possibilidades de atrasos, consequentemente ampliando-se o custo operacional do projeto para a Administração. Ademais, ressaltamos que ao agregar o quantitativo de recursos dentro de LOTES, conseguem-se maiores vantagens nos preços em relação à compra segmentada, pois há um montante maior de produtos a serem adquiridos em determinado fabricante, atendendo o princípio da razoabilidade e da economicidade para a Administração.

A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a unificação da solução requerida, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.



Por fim, importa salientar o entendimento pacificado da súmula 247 do TCU, mencionada no Acórdão 5260/2011 (1ª Câmara).

Neste diapasão, nosso entendimento técnico é que há plena justificativa para a composição do certame em LOTES, sendo ratificado que os itens agrupados nos lotes possuem a mesma natureza, que há um elevado quantitativo de empresas brasileiras que encontra-se aptas ao pleno atendimento ao processo licitatório e que o formato de LOTES é mais vantajoso para a Administração.

8. TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços

9. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:
- f) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- g) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa; (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- h) Ata de fundação da cooperativa;
- i) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- j) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- k) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- l) Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.
- m) Cédula de Identidade do(s) administrador(res);

9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.2.2. **Balço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE e DMPL) dos dois últimos exercícios sociais (2021/2022)**, já exigíveis e apresentados *na forma da lei*, devidamente registrado na junta comercial da sede



da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.2.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial;

d) **As empresas constituídas a menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

9.2.3. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2, deste tópico, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento.

9.2.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei.

9.2.5. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2 engloba, no mínimo:

I) Balanço Patrimonial;

II) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício e DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

III) Termos de abertura e de encerramento;

IV) Recibo de entrega de escrituração contábil digital;

X



V) Comprovante/termo de autenticação digital (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

9.2.5. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

9.2.5.1. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 50 das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU no 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo;

9.2.6. Com base nas informações constantes das Demonstrações Contábeis/Financeiras, as empresas deverão apresentar o memorial de cálculo dos índices financeiros, sendo qualificadas apenas as que forem consideradas solventes. Para isso serão utilizadas as seguintes definições e formulações: a boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), maior que um (>1), Solvência Geral (SG), maior que um (>1) e Liquidez Corrente (LC), maior que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo}}$$

$$\frac{\text{Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.2.6.1 - A(s) empresa(s), que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **global** estimado da contratação (lotes).

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Nesse azo, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e



não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

- a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- b) descrição do objeto contratado, e;
- c) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela Prefeitura Municipal de Aracati/CE para comprovação das informações.

9.3.2. A Prefeitura Municipal de Aracati, se resguarda no direito de diligenciar junto ao licitante emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 64 da Lei 14.133/2021, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5. DECLARAÇÕES

- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Declaração de autenticidade dos documentos;



- d) Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa);
- e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – “que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- f) a proposta comercial compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes nessa data.

10. ENTREGA E CRITERIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

10.1. Em razão da natureza do objeto a ser contrato e diante da impossibilidade de armazenar materiais de construção no Almoxarifado Central, o local de entrega será o indicado na ordem de compra, sendo, maioria das vezes, entregues na Secretaria de Infraestrutura, localizada: Rua projetada 10, número 6, Bairro Pedregal, ao lado do Sesc Ler, ficamos no antigo prédio do Ibama – Aracati-CE – CEP: 62800-000.

10.2. A entrega será fracionada de acordo com a demanda, em um prazo para entrega de do máximo de **48h**, após o recebimento da Ordem de Compra.

10.3. A Contratada sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se a Administração o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

10.4. A Contratada deverá cumprir obrigatoriamente os prazos das entregas solicitadas pela Administração, salvo em caso de alterações, que deverão ser comunicadas em um prazo inferior às 24h.

10.5. No ato das entregas, caso os produtos sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo haver reposição de acordo com as exigências editalícias.

10.6. Na ausência de um ou mais itens solicitados, o fornecedor deverá consultar a Administração quanto à substituição por um produto similar, com dois dias de antecedência. A solicitação deverá ser acompanhada da justificativa em até dois dias antes da entrega e encaminhada à Contratante, que deliberará sobre a aceitação ou não do pedido formulado.

10.7. O recebimento do objeto, pela Administração, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no **art. 140** da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) **Definitivamente**, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.



12. PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.2. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Social, que atestará a execução do objeto contratado;

12.3. O pagamento somente será efetuado após verificada a manutenção da regularidade fiscal da contratada e o "atesto", pelo servidor competente, na Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta bancária de titularidade do Contratado (a) ou do procurador por ele(a) indicado.

12.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.6. Na Nota Fiscal deverão constar o número do empenho, o preço unitário e o total do serviço contratado expressos em reais.

12.7. Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 será designada a **Sra. Jessica Mayara Fernandes Torquato** para acompanhar o acolhimento, fiscalizar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. A gestão e fiscalização do presente instrumento contratual sob a coordenação do Sra. Lilian Karine Araújo Souza.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:



14.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

14.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

14.3. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Termo de Referência, bem como a proposta apresentada.

14.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços pretendida;

14.5. Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

14.6. Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;

14.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da Contratada, orientando- a, quando necessário.

14.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.6. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



15.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

16.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



- d) **“prática coercitiva”**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1 - A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos / redução de desperdícios / menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- d) Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

18. - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Em caso de atraso injustificado será calculada de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato celebrado.

b) Em caso de não realização dos serviços será calculada em até 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

Aracati/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Wilsirlane da Silva Caracas

Secretária de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. OBJETO:

1.1. Aquisição de material de construção para atender as necessidades da Saúde do Município de Aracati/Ce.

2.0. ORGÃO REQUISITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Saúde.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Da Lei 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, com suas alterações, bem como pelas normas contidas no presente Termo de referência.

4.0. JUSTIFICATIVA:

A secretaria de saúde é responsável por programar, contratar e executar, diretamente ou através de terceiros, obras e serviços de manutenção predial, que abrangem a reforma e manutenção de Unidades de saúde, Pontos de Apoio, CAPS, UPA, central de regulação, vigilância sanitária, sede da secretaria e HMED.

A manutenção dos equipamentos de saúde é para renovar, manter, preservar, prevenir e corrigir o patrimônio público, fazendo com o que os mesmos se mantenham em plena funcionalidade para os munícipes. Desta forma, a secretaria dispõe de equipe para que possam fiscalizar e também manter os equipamentos disponíveis em estado adequado para utilização realizando serviços de pintura, elétrica, hidráulica, reparo estrutural, necessitando de mão de obra e materiais de construção disponíveis para tais serviços.

Atualmente o município de Aracati possui os seguintes equipamentos de saúde:

ITEM	EQUIPAMENTO	UND	QNTD.
1	UNIDADE BASICA DE SAUDE	UND	24
2	PONTOS DE APOIO	UND	40
2	CAPS	UND	2
3	UPA	UND	1
4	CENTRALDE REGULAÇÃO	UND	1
5	VIGILANCIA SANITARIA	UND	1
6	HMED	UND	1
7	SEDE DA SECRETARIA	UND	1



TOTAL DE EQUIPAMENTOS: 71

Tabela 1 – Descrição de equipamentos públicos

5.1 - Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes da tabela abaixo:

LOTE 1 – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM PACOTE COM 100	PCT	5	R\$ 4,48	R\$ 22,40
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *3,5* MM PACOTE COM 100	PCT	5	R\$ 9,54	R\$ 47,70
3	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 300 X *4,8* MM PACOTE COM 100	PCT	5	R\$ 27,75	R\$ 138,75
4	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1 1/2" PACOTE COM 50	PCT	2	R\$ 1,39	R\$ 2,78
5	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 2 1/2" PACOTE COM 50	PCT	2	R\$ 1,88	R\$ 3,76
6	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4" PACOTE COM 100	PCT	2	R\$ 1,36	R\$ 2,72
7	BASE RELE COM SUPORTE METÁLICO	UNID	2	R\$ 8,28	R\$ 16,56
8	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SEÇÃO NOMINAL 1,5 MM ²	PC	15	R\$ 124,33	R\$ 1.864,95
9	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM ²	PC	15	R\$ 175,17	R\$ 2.627,55
10	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICI-IAMA BWF-8, 1	PC	15	R\$ 416,50	R\$ 6.247,50



	CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2				
11	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	PC	15	R\$ 480,00	R\$ 7.200,00
12	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	PC	5	R\$ 753,33	R\$ 3.766,65
13	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16MM2	PC	5	R\$ 1.174,67	R\$ 5.873,35
14	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	PC	2	R\$ 1.426,82	R\$ 2.853,64
15	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 35 MM2	PC	2	R\$ 1.513,00	R\$ 3.026,00
16	CABO PARALELO 2X2,5MM	PC	30	R\$ 267,10	R\$ 8.013,00
17	CABO PP 2X2,5MM	PC	5	R\$ 419,63	R\$ 2.098,15
18	CABO PP 3X2,5MM	PC	5	R\$ 526,23	R\$ 2.631,15
19	CABO PP 3X4MM	PC	5	R\$ 812,51	R\$ 4.062,55
20	CABO PP 4X6MM	PC	5	R\$ 1.464,84	R\$ 7.324,20
21	CAIXA DE PLÁSTICO 4" X 2" (PADRÃO MUTIRÃO)	UNID	50	R\$ 1,43	R\$ 71,50
22	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNID	20	R\$ 1,46	R\$ 29,20
23	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNID	20	R\$ 2,57	R\$ 51,40
24	CAIXA EXTERNA DE MEDIÇÃO MONOFASICO COM VISOR	UNID	5	R\$ 59,87	R\$ 299,35
25	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 7,11	R\$ 71,10
26	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 1,06	R\$ 10,60
27	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 3,25	R\$ 32,50



28	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 5,68	R\$ 56,80
29	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 5,06	R\$ 50,60
30	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 8,16	R\$ 81,60
31	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 13,65	R\$ 136,50
32	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	10	R\$ 12,67	R\$ 126,70
33	CURVA BOX RÍGIDA 2"	UNID	5	R\$ 18,29	R\$ 91,45
34	DISJUNIDTOR MONOFASICO 10AMP	UNID	10	R\$ 11,18	R\$ 111,80
35	DISJUNIDTOR MONOFASICO 16AMP	UNID	10	R\$ 11,66	R\$ 116,60
36	DISJUNIDTOR MONOFASICO 20AMP	UNID	10	R\$ 11,18	R\$ 111,80
37	DISJUNIDTOR MONOFASICO 25AMP	UNID	10	R\$ 11,01	R\$ 110,10
38	DISJUNIDTOR MONOFASICO 32AMP	UNID	10	R\$ 11,18	R\$ 111,80
39	DISJUNIDTOR MONOFASICO 40AMP	UNID	10	R\$ 13,10	R\$ 131,00
40	DISJUNIDTOR MONOFASICO 50AMP	UNID	10	R\$ 13,50	R\$ 135,00
41	DISJUNIDTOR TRIFASICO 10AMP	UNID	10	R\$ 52,09	R\$ 520,90
42	DISJUNIDTOR TRIFASICO 20AMP	UNID	10	R\$ 47,78	R\$ 477,80
43	DISJUNIDTOR TRIFASICO 63AMP	UNID	10	R\$ 61,72	R\$ 617,20
44	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCA VELDE 1", SEM LUVA	VARA	10	R\$ 11,83	R\$ 118,30
45	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1/2", SEM LUVA	VARA	10	R\$ 5,34	R\$ 53,40
46	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2", SEM LUVA	VARA	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
47	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4", SEM LUVA	VARA	10	R\$ 12,39	R\$ 123,90
48	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 2", SEM LUVA	VARA	10	R\$ 71,93	R\$ 719,30
49	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM COM 50 METROS	PC	10	R\$ 64,63	R\$ 646,30
50	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM COM 25 METROS	PC	10	R\$ 92,70	R\$ 927,00
51	ESPELHO CEGO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNID	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60
52	ESPELHO CEGO 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNID	20	R\$ 6,29	R\$ 125,80



53	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 3X3"	UNID	20	R\$ 2,95	R\$ 59,00
54	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 4X4"	UNID	20	R\$ 4,54	R\$ 90,80
55	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UNID	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
56	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO) 10M	UNID	20	R\$ 23,48	R\$ 469,60
57	INTERRUPTOR 3 SEÇÕES 10A.MP PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 13,73	R\$ 686,50
58	CONJUNIDTO ASTOP SEM DISJUNIDTOR	UNID	50	R\$ 20,43	R\$ 1.021,50
59	LAMPADA LED 20W	UNID	50	R\$ 19,66	R\$ 983,00
60	LAMPADA LED 30W, BASE E27	UNID	50	R\$ 30,15	R\$ 1.507,50
61	LAMPADA LED 40W, BASE E27	UNID	50	R\$ 40,29	R\$ 2.014,50
62	LAMPADA LED 50W, BASE E27	UNID	50	R\$ 50,28	R\$ 2.514,00
63	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 40W, BIVOLT	UNID	15	R\$ 17,11	R\$ 256,65
64	LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 250W/220V	UNID	10	R\$ 63,44	R\$ 634,40
65	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	50	R\$ 3,05	R\$ 152,50
66	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	50	R\$ 4,00	R\$ 200,00
67	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID	50	R\$ 3,00	R\$ 150,00
68	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNID	50	R\$ 6,41	R\$ 320,50
69	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	50	R\$ 1,91	R\$ 95,50
70	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 6 A 8 DISJUNIDTORES DIN	UNID	10	R\$ 66,63	R\$ 666,30
71	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 12 DISJUNIDTORES A 16 DISJUNIDTORES DIN	UNID	10	R\$ 63,41	R\$ 634,10
72	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 3 DISJUNIDTORES A 4 DISJUNIDTORES DIN	UNID	10	R\$ 21,30	R\$ 213,00
73	SOQUETE PRATICO BOCAL LOUÇA	UNID	70	R\$ 4,26	R\$ 298,20
74	SOQUETE C/ RABICHO PRETO	UNID	70	R\$ 3,42	R\$ 239,40
75	TOMADA 2P+T 10A, 250V, PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 6,56	R\$ 328,00
76	TOMADA DUPLA 2P+T 10A, 250V, PARA SOBREPOR	UNID	50	R\$ 10,93	R\$ 546,50



77	TOMADA DUPLA 2P+T 10A 250V, PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 9,43	R\$ 471,50
78	TOMADA RJ45	UNID	20	R\$ 15,88	R\$ 317,60
Valor global lote 1: (Setenta e nove mil e trezentos reais e trinta e um centavos)					R\$ 79.300,31

LOTE 02 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1	AREIA GROSSA	M3	80	R\$ 112,03	R\$ 8.962,40
2	ARGAMASSA COLANTE AC II	PCT	50	R\$ 9,19	R\$ 459,50
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	PCT	50	R\$ 24,84	R\$ 1.242,00
4	BRITA 1	M3	80	R\$ 145,08	R\$ 11.606,40
5	BRITA 2	M3	80	R\$ 147,08	R\$ 11.766,40
6	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (SACO DE 50 KG)	PCT	230	R\$ 45,53	R\$ 10.471,90
7	REJUNIDTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	50	R\$ 4,28	R\$ 214,00
8	TELHA CERÂMICA COLONIAL	UNID	4500	R\$ 0,82	R\$ 3.690,00
9	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UNID	1000	R\$ 0,85	R\$ 850,00
10	FUNIDO SINTÉTICO NIVELADOR BRANCO FOSCO PARA MADEIRA 18L	BALDE	5	R\$ 124,97	R\$ 624,85
11	MASSA ACRÍLICA 25KG	BALDE	50	R\$ 81,10	R\$ 4.055,00
12	MASSA CORRIDA 22KG	BALDE	50	R\$ 44,97	R\$ 2.248,50
13	PINCEL CHATO (TRINCHA)	UNID	30	R\$ 5,92	R\$ 177,60
14	ROLO DE ESPONJA 23 CM	UNID	10	R\$ 16,10	R\$ 161,00
15	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UNID	10	R\$ 16,53	R\$ 165,30
16	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS	LITRO	30	R\$ 16,45	R\$ 493,50
17	SUPERCAL PACOTE COM 5KG	PCT	300	R\$ 8,08	R\$ 2.424,00
18	TEXTURA ACRÍLICA BALDE DE 25KG	BALDE	30	R\$ 110,14	R\$ 3.304,20
19	TINTA EPOXI BRANCA GALAO 3,6L	GALAO	10	R\$ 261,67	R\$ 2.616,70
20	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE SOLVENTE 3,6 LITROS	GALAO	40	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
21	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE AGUA 3,6 LITROS	GALAO	40	R\$ 117,71	R\$ 4.708,40
22	TINTA LATEX ACRÍLICA BALDE DE 18 LITROS	BALDE	150	R\$ 108,50	R\$ 16.275,00



23	VERNIZ MADEIRA INCOLOR	GALAO	15	R\$ 37,00	R\$ 555,00
24	BUCHA DE NYLON NUMERO 6	UNID	200	R\$ 0,10	R\$ 20,00
25	BUCHA DE NYLON NUMERO 8	UNID	200	R\$ 0,14	R\$ 28,00
26	BUCHA DE NYLON NUMERO 10	UNID	200	R\$ 0,25	R\$ 50,00
27	BUCHA DE NYLON NUMERO 12	UNID	200	R\$ 0,52	R\$ 104,00
28	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM	UNID	20	R\$ 31,93	R\$ 638,60
29	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM	UNID	20	R\$ 23,45	R\$ 469,00
30	FITA CREPE 24MMX50M	UNID	20	R\$ 10,25	R\$ 205,00
31	FITA CREPE 48MMX50M	UNID	20	R\$ 13,10	R\$ 262,00
32	LIXA DAGUA EM FOLHA, GRAO 100	UNID	20	R\$ 1,61	R\$ 32,20
33	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UNID	20	R\$ 2,96	R\$ 59,20
34	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120	UNID	20	R\$ 1,870	R\$ 37,40
35	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIÂMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	UNID	200	R\$ 0,39	R\$ 78,00
36	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIÂMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	UNID	200	R\$ 1,58	R\$ 316,00
Valor global lote 2: (Noventa e dois mil, cento e setenta e um reais e cinco centavos)					R\$ 92.171,05

LOTE 03 – MATERIAL DE MADEIRA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
1	ALIZAR DE MADEIRA L = 5 cm MURICATIARA	M	100	R\$ 18,71	R\$ 1.871,00
2	CAIBRO DE MASSARANDUBA 2.5X5CM	M	250	R\$ 8,32	R\$ 2.080,00
3	CERAMICA ESMALTADA 46X46CM PEI4-PEI5	M2	200	R\$ 47,67	R\$ 9.534,00
4	DOBRADIÇA EM ACO/FERRO, 3" X 12 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANFI, CROMADO OU ZINCADO	UNID	25	R\$ 5,75	R\$ 143,75
5	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO, MAQUINA 40 MM, MAÇANETAS ALAVANCA E ROSETAS REDONDAS EM METAL CROMADO • NIVEL SEGURANÇA MEDIO • COMPLETA	UNID	25	R\$ 44,82	R\$ 1.120,50



6	FECHADURA PARA PORTA INTERNA, MAQUINA 40 MM, MAÇANETA ALAVANCA E ESPELHO EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANÇA MEDIO -COMPLETA	UNID	25	R\$ 32,82	R\$ 820,50
7	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE	UNID	25	52,66	R\$ 1.316,50
8	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 3 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 4,75	R\$ 47,50
9	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 4 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 4,67	R\$ 46,70
10	FERROLHO CHATO, ZINCADO DE 4 POLEGADAS	UNID	5	R\$ 4,78	R\$ 23,90
11	FOLHA PORTA PARANÁ (0,60X2,10M)	UNID	3	R\$ 146,27	R\$ 438,81
12	FOLHA PORTA PARANÁ (0,70X2,10M)	UNID	3	R\$ 149,60	R\$ 448,80
13	FOLHA PORTA PARANÁ (0,80X2,10M)	UNID	3	R\$ 148,94	R\$ 446,82
14	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,60 x 2,10 m)	UNID	3	R\$ 310,80	R\$ 932,40
15	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,70 x 2,10 m)	UNID	3	R\$ 310,80	R\$ 932,40
16	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,80 x 2,10 m)	UNID	3	R\$ 338,10	R\$ 1.014,30
17	PREGO 1 1/4 x 15	KG	15	R\$ 24,51	R\$ 367,65
18	PREGO 2 1/2x10 (18X27)	KG	15	R\$ 25,40	R\$ 381,00
19	RIPA DE MADEIRA 1,5X4CM, MACARANDUBA	M	150	R\$ 4,83	R\$ 724,50
Valor global lote 3: (Vinte e dois mil, seiscentos e noventa e um reais e três centavos)					R\$ 22.691,03

LOTE 04 – MATERIAL HIDROSANITÁRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 175GR	UNID	5	R\$ 20,59	R\$ 102,95
2	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	UNID	5	R\$ 60,88	R\$ 304,40



3	ASSENTO SANITARIO DE PLÁSTICO TIPO CONVENCIONAL	UNID	15	R\$ 26,23	R\$ 393,45
4	BACIA SANITÁRIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA	UNID	15	R\$ 352,90	R\$ 5.293,50
5	BACIA SANITÁRIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	UNID	15	R\$ 271,64	R\$ 4.074,60
6	BOMBA SAPO	UNID	2	R\$ 356,83	R\$ 713,66
7	BOMBA MONOFASICA 0,5cv	UNID	2	R\$ 1.312,73	R\$ 2.625,46
8	BOMBA TRIFASICA 1cv	UNID	2	R\$ 1.631,67	R\$ 3.263,34
9	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	UNID	2	R\$ 326,55	R\$ 653,10
10	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UNID	2	R\$ 588,14	R\$ 1.176,28
11	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA (COMPLETA)	UNID	10	R\$ 43,76	R\$ 437,60
12	CHUVEIRO PLÁSTICO	UNID	15	R\$ 8,60	R\$ 129,00
13	ENGATE PLÁSTICO	UNID	30	R\$ 6,40	R\$ 192,00
14	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (LXC)	UNID	50	R\$ 6,27	R\$ 313,50
15	JOELHO PVC SOLDABEL 32 MM	UNID	20	R\$ 3,39	R\$ 67,80
16	JOELHO PVC SOLDABEL 60 MM	UNID	20	R\$ 28,50	R\$ 570,00
17	JOELHO PVC SOLDABEL 25 MM	UNID	20	R\$ 1,02	R\$ 20,40
18	JOELHO PVC SOLDABEL 40 MM	UNID	20	R\$ 5,24	R\$ 104,80
19	JOELHO PVC 45 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 7,52	R\$ 150,40
20	JOELHO PVC 45 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 4,81	R\$ 96,20
21	JOELHO PVC 45 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 5,02	R\$ 100,40
22	JOELHO PVC 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 5,52	R\$ 110,40
23	JOELHO PVC 90 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 2,14	R\$ 42,80
24	JOELHO PVC 90 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 3,59	R\$ 71,80
25	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 25 MM	UNID	20	R\$ 1,81	R\$ 36,20
26	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 32 MM	UNID	20	R\$ 4,84	R\$ 96,80
27	LAVATORIO LOUCA BRANCA COM COLUNA	UNID	20	R\$ 192,50	R\$ 3.850,00
28	LUVA PVC SOLDABEL 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	20	R\$ 1,30	R\$ 26,00
29	LUVA PVC SOLDABEL 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	20	R\$ 3,17	R\$ 63,40



30	LUVA PVC SOLDAVEL 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	20	R\$ 4,76	R\$ 95,20
31	LUVA PVC SOLDAVEL 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	20	R\$ 12,67	R\$ 253,40
32	LUVA PVC 100 MM PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 6,99	R\$ 139,80
33	LUVA PVC 40 MM PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 1,86	R\$ 37,20
34	LUVA PVC 50 MM PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 4,99	R\$ 99,80
35	LUVA PVC 75 MM PARA ESGOTO	UNID	20	R\$ 7,30	R\$ 146,00
36	REGISTRO DE ESFERA PVC 25MM	UNID	20	R\$ 7,03	R\$ 140,60
37	REGISTRO DE ESFERA PVC DE 3/4"	UNID	20	R\$ 14,63	R\$ 292,60
38	REGISTRO DE PRESSÃO BASE COM ACABAMENTO DE 3/4"	UNID	20	R\$ 84,34	R\$ 1.686,80
39	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 1" (REF 1509)	UNID	20	R\$ 59,40	R\$ 1.188,00
40	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 3/4" (REF 1509)	UNID	20	R\$ 65,14	R\$ 1.302,80
41	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 2" (REF 1509)	UNID	20	R\$ 235,44	R\$ 4.708,80
42	TORNEIRA BOIA 3/4"	UNID	10	R\$ 21,61	R\$ 216,10
43	TORNEIRA METAL PARA PIA MESA BICA MOVEL 1169	UNID	20	R\$ 62,05	R\$ 1.241,00
44	TORNEIRA METAL PARA JARDIM 1128 3/4 CROMADA	UNID	20	R\$ 38,00	R\$ 760,00
45	TORNEIRA METAL P/ TANQUE 1126 3/4 CROMADA	UNID	20	R\$ 57,83	R\$ 1.156,60
46	TORNEIRA METAL P/ PIA 1158	UNID	20	R\$ 52,23	R\$ 1.044,60
47	TORNEIRA METAL P/ LAVATORIO BICA MOVEL 1195 C 29 1/4 VOLTA	UNID	20	R\$ 69,97	R\$ 1.399,40
48	TORNEIRA METAL P/ JARDIM 1128 3/4 AMARELO	UNID	20	R\$ 48,72	R\$ 974,40
49	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM - (NBR 5688)	UNID	20	R\$ 93,31	R\$ 1.866,20
50	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM - (NBR 5688)	UNID	20	R\$ 35,11	R\$ 702,20
51	TUBO PVC ESGOTO DE 75MM - (NBR 5688)	UNID	20	R\$ 98,67	R\$ 1.973,40
52	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	20	R\$ 77,00	R\$ 1.540,00
53	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	20	R\$ 91,45	R\$ 1.829,00
54	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	20	R\$ 27,87	R\$ 557,40



55	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	20	R\$ 49,90	R\$ 998,00
Valor global lote 4: (Cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos)					R\$ 51.429,54

5.2. As pesquisas de preços foram realizadas conforme as normas estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021.

5.2.1. Ainda de acordo com o Art. 3° dessa IN, segue informações mínimas necessárias sobre a pesquisa de preços que integra esse processo:

I- Foi designado (a) o(a) servidor **PEDRO HENRIQUE SILVA COSTA**, como o agente responsável pela cotação;

II- A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 5° § 1°, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021, empregados de forma combinada: primeiramente, foram consultados os preços através do sítio “precodereferencia.m2atecnologia.com.br”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5° da in N° 65/2021 (pesquisa de compras públicas dos Municípios do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Governo Federal e pesquisa em contratações públicas similares).

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Menor preço **por Lote**

7.2. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO POR LOTE

Propomos o agrupamento dos itens, buscando uma logística de optar pela utilização de LOTES no processo de aquisição ao invés de itens unitários pelas seguintes justificativas:

O processo licitatório em tela objetiva e tem a efetiva necessidade de aquisição de material de construção necessários para realização das demandas de serviços de manutenção preventiva e corretiva, construção, recuperação e conservação das instalações prediais e equipamentos públicos. A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por consolidar as entregas a partir de um único fornecedor vencedor do referido LOTE, gerando assim maior eficiência na gestão contratual, bem como no processo de entrega, haja vista que é notório o fato de que ao se utilizar de muitos fornecedores para entrega, aumenta-se a incidência de possibilidades de atrasos, conseqüentemente ampliando-se o custo operacional do projeto para a Administração. Ademais, ressaltamos que ao agregar o quantitativo de recursos dentro de LOTES, conseguem-se maiores vantagens nos preços em relação à compra segmentada, pois há um montante maior de produtos a serem adquiridos em determinado fabricante, atendendo o princípio da razoabilidade e da economicidade para a Administração.



A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a unificação da solução requerida, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

Por fim, importa salientar o entendimento pacificado da súmula 247 do TCU, mencionada no Acórdão 5260/2011 (1ª Câmara).

Neste diapasão, nosso entendimento técnico é que há plena justificativa para a composição do certame em LOTES, sendo ratificado que os itens agrupados nos lotes possuem a mesma natureza, que há um elevado quantitativo de empresas brasileiras que encontra-se aptas ao pleno atendimento ao processo licitatório e que o formato de LOTES é mais vantajoso para a Administração.

8. TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços

9. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:
- f) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- g) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa; (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- h) Ata de fundação da cooperativa;
- i) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- j) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- k) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- l) Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.



- m) Cédula de Identidade do(s) administrador(res);

9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.2.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis (DRE e DMPL) dos dois últimos exercícios sociais (2021/2022)**, já exigíveis e apresentados *na forma da lei*, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.2.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial;

d) **As empresas constituídas a menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

9.2.3. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2, deste tópico, no mínimo: balanço patrimonial e DRE e DMPL, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento.

9.2.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei.

9.2.5. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2 engloba, no mínimo:

D) Balanço Patrimonial;



II) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício e DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

III) Termos de abertura e de encerramento;

IV) Recibo de entrega de escrituração contábil digital;

V) Comprovante/termo de autenticação digital (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

9.2.5. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

9.2.5.1. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 50 das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU no 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo;

9.2.6. Com base nas informações constantes das Demonstrações Contábeis/Financeiras, as empresas deverão apresentar o memorial de cálculo dos índices financeiros, sendo qualificadas apenas as que forem consideradas solventes. Para isso serão utilizadas as seguintes definições e formulações: a boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), maior que um (>1), Solvência Geral (SG), maior que um (>1) e Liquidez Corrente (LC), maior que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo}}$$

$$\text{Circulante Passivo Circulante}$$

9.2.6.1 - A(s) empresa(s), que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **global** estimado da contratação (lotes).

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a



continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Nesse azo, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

- a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- b) descrição do objeto contratado, e;
- c) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela Prefeitura Municipal de Aracati/CE para comprovação das informações.

6.5.1.1. A Prefeitura Municipal de Aracati, se resguarda no direito de diligenciar junto ao licitante emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 64 da Lei 14.133/2021, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5. DECLARAÇÕES



- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Declaração de autenticidade dos documentos;
- d) Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa);
- e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – “que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- f) a proposta comercial compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes nessa data.

10. ENTREGA E CRITERIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

10.1. Em razão da natureza do objeto a ser contrato e diante da possibilidade de armazenar matérias de construção no almoxarifado central, o local de entrega será indicado na ordem de compra.

10.2. A entrega será fracionada de acordo com a demanda, em um prazo para entrega de do máximo de **48h**, após o recebimento da Ordem de Compra.

10.3. A Contratada sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se a Administração o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

10.4. A Contratada deverá cumprir obrigatoriamente os prazos das entregas solicitadas pela Administração, salvo em caso de alterações, que deverão ser comunicadas em um prazo inferior às 24h.

10.5. No ato das entregas, caso os produtos sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo haver reposição de acordo com as exigências editalícias.

10.6. Na ausência de um ou mais itens solicitados, o fornecedor deverá consultar a Administração quanto à substituição por um produto similar, com dois dias de antecedência. A solicitação deverá ser acompanhada da justificativa em até dois dias antes da entrega e encaminhada à Contratante, que deliberará sobre a aceitação ou não do pedido formulado.

10.7. O recebimento do objeto, pela Administração, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no **art. 140** da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) **Definitivamente**, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



11. PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

12. PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.2. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Social, que atestará a execução do objeto contratado;

12.3. O pagamento somente será efetuado após verificada a manutenção da regularidade fiscal da contratada e o "atesto", pelo servidor competente, na Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta bancária de titularidade do Contratado (a) ou do procurador por ele(a) indicado.

12.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.6. Na Nota Fiscal deverão constar o número do empenho, o preço unitário e o total do serviço contratado expressos em reais.

12.7. Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 será designado o servidor nomeado para acompanhar o acolhimento, fiscalizar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

13.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. A gestão e fiscalização do presente instrumento contratual sob a coordenação do Sra. Lilian Karine Araújo Souza.



14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 14.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;
- 14.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.
- 14.3. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Termo de Referência, bem como a proposta apresentada.
- 14.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços pretendida;
- 14.5. Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 14.6. Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;
- 14.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da Contratada, orientando- a, quando necessário.
- 14.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 15.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 15.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 15.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 15.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 15.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 15.6. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do



domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

16.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



- d) “**prática coercitiva**”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1 - A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos / redução de desperdícios / menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- d) Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

18. - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Em caso de atraso injustificado será calculada de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato celebrado.

b) Em caso de não realização dos serviços será calculada em até 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor da Secretaria Municipal de Saúde, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

Aracati/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Cristiane Araújo ~~Vieira~~ Alves

Secretária de Saúde



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. OBJETO:

1.1. Aquisição de Material de construção para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Cidadã e Ordem Pública do Município de Aracati/Ce.

2.0. ORGÃO REQUISITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Ordem Pública.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Da Lei 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, com suas alterações, bem como pelas normas contidas no presente Termo de referência.

4.0. JUSTIFICATIVA:

A secretaria de Segurança Cidadã e Ordem Pública é responsável por programar, projetar, contratar e executar, diretamente ou através de terceiros, serviços de engenharia, que abrangem a construção, a reforma, ampliação e manutenção de vias, prédios, logradouros públicos, obras de infraestrutura.

A manutenção de equipamentos públicos é para renovar, manter, preservar, prevenir e corrigir o patrimônio público, fazendo com o que os mesmos se mantenham em plena funcionalidade para os municípios. Desta forma, a secretaria dispõe de equipe para que possam fiscalizar e também manter os equipamentos disponíveis em estado adequado para utilização realizando serviços de pintura, elétrica, hidráulica, reparo estrutural, manutenção das vias, serviço de limpeza e drenagem, necessitando de mão de obra e materiais de construção disponíveis para tais serviços.

Atualmente o município de Aracati possui os seguintes equipamentos de utilidade pública, além de equipamentos públicos utilizados por outras secretarias de menor porte que não disponibiliza de material e equipe de manutenção e assim que requerem manutenções preventivas e corretivas:

ITEM	EQUIPAMENTO
1	Prédio da Guarda Municipal



2	Poços de abastecimento de água potável para as 180 comunidades do Aracati
3	Manutenção e colocação de placas de sinalização de trânsito

Tabela 1 – Descrição de equipamentos públicos

Além disso outros serviços como:

- Limpeza de bueiros e canais de águas pluviais, principalmente em períodos que antecede o quadro chuvoso;
- Recuperação de instalações hidrosanitários nos equipamentos públicos;
- Manutenção preventiva e corretiva nos poços de abastecimento de água no Alto da Cheia.

Em exercícios anteriores da atual gestão, tais problemas foram solucionados através do contrato de material de construção, onde os insumos presentes auxiliaram na solução de diversos problemas durando o ano.

5.1 - Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes da tabela abaixo:

LOTE 1 – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 300 X *4,8* MM PACOTE COM 100	PCT	5	R\$ 27,75	R\$ 138,75
2	CHAVE BOIA AUTOMÁTICA ELÉTRICA	UNID	3	R\$ 38,46	R\$ 115,38
3	CABO PP 4X6MM	PC	10	R\$ 1.464,84	R\$ 14.648,40
4	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UNID	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
5	LAMPADA LED 20W	UNID	150	R\$ 19,66	R\$ 2.949,00
6	TOMADA 2P+T 10A, 250V, PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 6,56	R\$ 328,00
7	TOMADA DUPLA 2P+T 10A, 250V, PARA SOBREPOR	UNID	50	R\$ 10,93	R\$ 546,50
8	TOMADA DUPLA 2P+T 10A 250V, PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 9,43	R\$ 471,50
9	TOMADA RJ45	UNID	50	R\$ 15,88	R\$ 794,00



Valor global lote 1: (Vinte e um mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos)

R\$ 20.231,53

LOTE 02 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
1	AREIA GROSSA	M3	20	R\$ 112,03	R\$ 2.240,60
2	BRITA 1	M3	10	R\$ 145,08	R\$ 1.450,80
3	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (SACO DE 50 KG)	PCT	100	R\$ 45,53	R\$ 4.553,00
4	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UNID	3000	R\$ 0,85	R\$ 2.550,00
5	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	UNID	1	R\$ 34,27	R\$ 34,27
6	ALICATE UNID VERSAL. 8"	UNID	1	R\$ 34,30	R\$ 34,30
7	ALICATE DE BICO 6"	UNID	1	R\$ 25,31	R\$ 25,31
8	BOTA SETE LÉGUAS CANO LONGO	PAR	20	R\$ 53,40	R\$ 1.068,00
9	BUCHA DE NYLON NUMERO 6	UNID	100	R\$ 0,10	R\$ 10,00
10	BUCHA DE NYLON NUMERO 8	UNID	100	R\$ 0,14	R\$ 14,00
11	BUCHA DE NYLON NUMERO 10	UNID	100	R\$ 0,25	R\$ 25,00
12	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM	UNID	5	R\$ 31,93	R\$ 159,65
13	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM	UNID	5	R\$ 23,45	R\$ 117,25
14	CARRO DE MAO EXTRA FORTE 3,25X8 60 L	UNID	2	R\$ 384,94	R\$ 769,88
15	COLHER DE PEDREIRO	UNID	2	R\$ 24,01	R\$ 48,02
16	CINTO PARAQUEDISTA INTREGRADO 3 PONTAS COM TALABARTE Y ABS ELASTIZADO	UNID	2	R\$ 237,81	R\$ 475,62
17	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RÍGIDO COM FAIXA REFLETIVA 75CM	UNID	10	R\$ 60,70	R\$ 607,00
18	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UNID	20	R\$ 30,28	R\$ 605,60
19	ENXADA 2 1/2 CM COM CABO DE 1.50M	UNID	5	R\$ 47,24	R\$ 236,20
20	ESCADA DE AÇO 7 DEGRAUS	UNID	1	R\$ 359,12	R\$ 359,12
21	ESCADA ALUMUNIDO EXTENSÍVEL DUPLA 3,9X5,05 2X10 20 DEGRAUS	UNID	1	R\$ 1.295,30	R\$ 1.295,30



22	FITA CREPE 24MMX50M	UNID	10	R\$ 10,25	R\$ 102,50
23	FITA CREPE 48MMX50M	UNID	10	R\$ 13,10	R\$ 131,00
24	LUVA DE RAPA COM PUNHO CANO CURTO 7 CM	PAR	5	R\$ 13,65	R\$ 68,25
25	MARTELO	UNID	1	R\$ 33,21	R\$ 33,21
26	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/4" X 2 MM	PC	2	R\$ 480,00	R\$ 960,00
27	OCULOS DE SEGURANÇA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTEÇÃO UVA E UVB	UNID	5	R\$ 6,36	R\$ 31,80
28	PA DE BICO COM CABO DE 71CM	UNID	2	R\$ 46,43	R\$ 92,86
29	PA QUADRADA	UNID	2	R\$ 59,05	R\$ 118,10
30	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIÂMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	UNID	100	R\$ 0,39	R\$ 39,00
31	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIÂMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	UNID	300	R\$ 1,58	R\$ 474,00
32	TRENA METALICA 5M	UNID	2	R\$ 17,00	R\$ 34,00
33	FITA MÉTRICA 50M	UNID	2	R\$ 53,15	R\$ 106,30
34	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	UNID	5	R\$ 8,97	R\$ 44,85
35	MASSA ACRÍLICA 25KG	BALDE	200	R\$ 81,10	R\$ 16.220,00
36	MASSA CORRIDA 22KG	BALDE	200	R\$ 44,97	R\$ 8.994,00
37	PINCEL CHATO (TRINCHA)	UNID	30	R\$ 5,92	R\$ 177,60
38	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UNID	30	R\$ 16,53	R\$ 495,90
39	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AG UARRAS	LITRO	50	R\$ 16,45	R\$ 822,50
40	TINTA DERMACAÇÃO VIARIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA (UTILIZADA PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSITO)	BALDE	15	R\$ 320,17	R\$ 4.802,55
41	TINTA PISO	BALDE	50	R\$ 185,00	R\$ 9.250,00
42	TINTA LATEX ACRÍLICA BALDE DE 18 LITROS	BALDE	20	R\$ 108,50	R\$ 2.170,00
43	TINTA SPRAY 400 ML (DIVERSAS CORES)	UNID	20	R\$ 16,13	R\$ 322,60



Valor global lote 2: (Sessenta e dois mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos)	R\$ 62.169,94
---	---------------

LOTE 03 – MATERIAL DE MADEIRA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1	BARROTE DE 5X5 MASSARANDUBA	M	100	R\$ 15,76	R\$ 1.576,00
2	FOLHA PORTA PARANÁ (0,70X2,10M)	UNID	5	R\$ 149,60	R\$ 748,00
3	FOLHA PORTA PARANÁ (0,80X2,10M)	UNID	5	R\$ 148,94	R\$ 744,70
4	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,80 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 338,10	R\$ 1.690,50
5	PREGO 1 1/4 x 15	KG	4	R\$ 24,51	R\$ 98,04
6	PREGO 2 1/2x10 (18X27)	KG	4	R\$ 25,40	R\$ 101,60
Valor global lote 3: (Quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)					R\$ 4.958,84

LOTE 04 – MATERIAL HIDROSANITÁRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1	BOMBA TRIFASICA 1cv	UNID	5	R\$ 1.631,67	R\$ 8.158,35
2	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 10000 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 588,14	R\$ 2.940,70
3	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA (COMPLETA)	UNID	20	R\$ 43,76	R\$ 875,20
4	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNID	20	R\$ 26,20	R\$ 524,00
5	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 185 X 75MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNID	20	R\$ 33,50	R\$ 670,00
6	CHUVEIRO PLÁSTICO	UNID	20	R\$ 8,60	R\$ 172,00
7	ENGATE PLÁSTICO	UNID	20	R\$ 6,40	R\$ 128,00
8	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (LXC)	UNID	20	R\$ 6,27	R\$ 125,40
9	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM - (NBR 5688)	UNID	15	R\$ 93,31	R\$ 1.399,65
10	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM - (NBR 5688)	UNID	10	R\$ 35,11	R\$ 351,10



Valor global lote 4: (Quinze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)	R\$ 15.344,40
--	---------------

LOTE 05 – MATERIAL DE FERRAGENS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QNTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO R\$	V. ESTIMADO GLOBAL R\$
1	ACO CA-50,10,0 MM, VERGALHAO	KG	3	R\$ 13,00	R\$ 39,00
2	ARAME GALVANIZADO 20 BWG	KG	20	R\$ 27,49	R\$ 549,80
3	ARAME RECOZIDO 18 PT	KG	15	R\$ 31,74	R\$ 476,10
Valor global lote 5: (Hum mil e sessenta e quatro reais e noventa centavos)					R\$ 1.064,90

5.2. As pesquisas de preços foram realizadas conforme as normas estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021.

5.2.1. Ainda de acordo com o Art. 3° dessa IN, segue informações mínimas necessárias sobre a pesquisa de preços que integra esse processo:

I- Foi designado (a) o(a) servidor **PEDRO HENRIQUE SILVA COSTA**, como o agente responsável pela cotação;

II- A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 5° § 1°, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021, empregados de forma combinada: primeiramente, foram consultados os preços através do sítio “precodereferencia.m2atecnologia.com.br”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5° da in N° 65/2021 (pesquisa de compras públicas dos Municípios do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Governo Federal e pesquisa em contratações públicas similares).

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Menor preço por Lote

7.2. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO POR LOTE

Propomos o agrupamento dos itens, buscando uma logística de optar pela utilização de LOTES no processo de aquisição ao invés de itens unitários pelas seguintes justificativas:



O processo licitatório em tela objetiva e tem a efetiva necessidade de aquisição de material de construção necessários para realização das demandas de serviços de manutenção preventiva e corretiva, construção, recuperação e conservação das instalações prediais e equipamentos públicos. A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por consolidar as entregas a partir de um único fornecedor vencedor do referido LOTE, gerando assim maior eficiência na gestão contratual, bem como no processo de entrega, haja vista que é notório o fato de que ao se utilizar de muitos fornecedores para entrega, aumenta-se a incidência de possibilidades de atrasos, conseqüentemente ampliando-se o custo operacional do projeto para a Administração. Ademais, ressaltamos que ao agregar o quantitativo de recursos dentro de LOTES, conseguem-se maiores vantagens nos preços em relação à compra segmentada, pois há um montante maior de produtos a serem adquiridos em determinado fabricante, atendendo o princípio da razoabilidade e da economicidade para a Administração.

A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a unificação da solução requerida, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

Por fim, importa salientar o entendimento pacificado da súmula 247 do TCU, mencionada no Acórdão 5260/2011 (1ª Câmara).

Neste diapasão, nosso entendimento técnico é que há plena justificativa para a composição do certame em LOTES, sendo ratificado que os itens agrupados nos lotes possuem a mesma natureza, que há um elevado quantitativo de empresas brasileiras que encontra-se aptas ao pleno atendimento ao processo licitatório e que o formato de LOTES é mais vantajoso para a Administração.

8. TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços

9. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;



- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:
- f) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- g) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa; (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- h) Ata de fundação da cooperativa;
- i) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- j) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- k) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- l) Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.
- m) Cédula de Identidade do(s) administrador(res);

9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.2.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis (DRE e DMPL) dos dois últimos exercícios sociais (2021/2022)**, já exigíveis e apresentados *na forma da lei*, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.2.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

- a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;
- b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;



c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial;

d) **As empresas constituídas a menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

9.2.3. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2, deste tópico, no mínimo: balanço patrimonial e DRE e DMPL, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento.

9.2.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei.

9.2.5. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2 engloba, no mínimo:

I) Balanço Patrimonial;

II) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício e DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

III) Termos de abertura e de encerramento;

IV) Recibo de entrega de escrituração contábil digital;

V) Comprovante/termo de autenticação digital (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

9.2.5. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

9.2.5.1. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 50 das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU no 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo;

9.2.6. Com base nas informações constantes das Demonstrações Contábeis/Financeiras, as empresas deverão apresentar o memorial de cálculo dos índices financeiros, sendo qualificadas apenas as que forem consideradas solventes. Para isso serão utilizadas as seguintes definições e formulações: a boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), maior que um (>1), Solvência Geral (SG), maior que um (>1) e Liquidez Corrente (LC), maior que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total



Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

$$LC = \frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Circulante Passivo Circulante

9.2.6.1 - A(s) empresa(s), que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **global** estimado da contratação (lotes).

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Nesse azo, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

- a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- b) descrição do objeto contratado, e;
- c) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela Prefeitura Municipal de Aracati/CE para comprovação das informações.

6.5.1.1. A Prefeitura Municipal de Aracati, se resguarda no direito de diligenciar junto ao licitante emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 64 da Lei 14.133/2021, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda



Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5. DECLARAÇÕES

- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Declaração de autenticidade dos documentos;
- d) Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa);
- e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – “que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- f) a proposta comercial compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes nessa data.

10. ENTREGA E CRITERIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 10.1. Os itens serão entregues no almoxarifado central, na Rua Santos Dumont, 905, bairro – Farias Brito – Aracati/CE, CEP: 62.800-0000, horário de funcionamento das 07h30min às 11h e das 13h30min às 17h30min.
- 10.2. A entrega será fracionada de acordo com a demanda, em um prazo para entrega de do máximo de **48h**, após o recebimento da Ordem de Compra.
- 10.3. A Contratada sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se a Administração o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.
- 10.4. A Contratada deverá cumprir obrigatoriamente os prazos das entregas solicitadas pela Administração, salvo em caso de alterações, que deverão ser comunicadas em um prazo inferior às 24h.



10.5. No ato das entregas, caso os produtos sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo haver reposição de acordo com as exigências editalícias.

10.6. Na ausência de um ou mais itens solicitados, o fornecedor deverá consultar a Administração quanto à substituição por um produto similar, com dois dias de antecedência. A solicitação deverá ser acompanhada da justificativa em até dois dias antes da entrega e encaminhada à Contratante, que deliberará sobre a aceitação ou não do pedido formulado.

10.7. O recebimento do objeto, pela Administração, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no **art. 140** da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) **Definitivamente**, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

12. PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.2. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Social, que atestará a execução do objeto contratado;

12.3. O pagamento somente será efetuado após verificada a manutenção da regularidade fiscal da contratada e o "atesto", pelo servidor competente, na Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta bancária de titularidade do Contratado (a) ou do procurador por ele(a) indicado.

12.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.6. Na Nota Fiscal deverão constar o número do empenho, o preço unitário e o total do serviço contratado expressos em reais.



12.7. Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 será designada o **Sr. Elmer Gondim Viana** para acompanhar o acolhimento, fiscalizar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. A gestão e fiscalização do presente instrumento contratual sob a coordenação do Sra. Lilian Karine Araújo Souza.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

14.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

14.3. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Termo de Referência, bem como a proposta apresentada.

14.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços pretendida;

14.5. Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

14.6. Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;

14.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da Contratada, orientando- a, quando necessário.

14.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



15.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.6. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Em caso de atraso injustificado será calculada de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato celebrado.

b) Em caso de não realização dos serviços será calculada em até 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



15.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

16.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluída**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1 - A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos / redução de desperdícios / menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- d) Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

18. - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

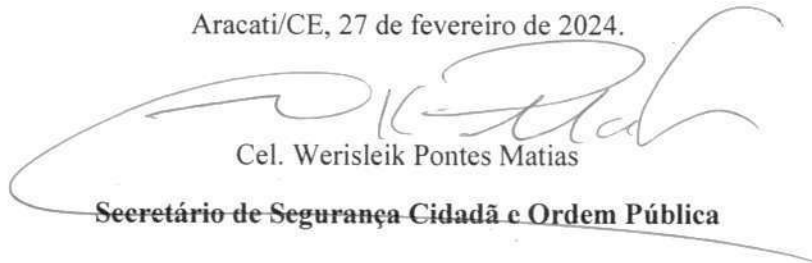
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



19.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã e Ordem Pública, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

Aracati/CE, 27 de fevereiro de 2024.



Cel. Werisleik Pontes Matias

Secretário de Segurança Cidadã e Ordem Pública



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. OBJETO:

1.1. Aquisição de Material de Construção para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município De Aracati/Ce.

2.0. ORGÃO REQUISITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Educação.

3.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Da Lei 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral da Microempresa, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, com suas alterações, bem como pelas normas contidas no presente Termo de referência.

4.0. JUSTIFICATIVA:

A secretaria municipal de educação é responsável pela administração, conservação e manutenção dos seus prédios, sendo de forma preventiva e corretiva. No geral temos 58 (cinquenta e oito) prédios, entre unidades escolares e almoxarifados.

A manutenção de equipamentos públicos é para renovar, manter, preservar, prevenir e corrigir o patrimônio público, fazendo com o que os mesmos se mantenham em plena funcionalidade para os municípios. Desta forma, a secretaria dispõe de equipe para que possam fiscalizar e também manter os equipamentos disponíveis em estado adequado para utilização realizando serviços de pintura, elétrica, hidráulica, reparo estrutural, serviço de limpeza e drenagem, necessitando de mão de obra e materiais de construção disponíveis para tais serviços.

5.1 - Deverão ser rigorosamente atendidas as especificações constantes da tabela abaixo:

LOTE 1 – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QDT	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
1.1	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS,	PCT	10	R\$ 4,48	R\$ 44,80



	COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM PACOTE COM 100				
1.2	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *3,5* MM PACOTE COM 100	PCT	10	R\$ 9,54	R\$ 95,40
1.3	ABRAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 300 X *4,8* MM PACOTE COM 100	PCT	10	R\$ 27,75	R\$ 277,50
1.4	ABRAÇADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1 1/2" PACOTE COM 50	PCT	5	R\$ 1,39	R\$ 6,95
1.5	ABRAÇADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 2 1/2" PACOTE COM 50	PCT	5	R\$ 1,88	R\$ 9,40
1.6	ABRAÇADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4" PACOTE COM 100	PCT	5	R\$ 1,36	R\$ 6,80
1.7	BASE RELE COM SUPORTE METÁLICO	UNID	7	R\$ 8,28	R\$ 57,96
1.8	CHAVE BOIA AUTOMÁTICA ELÉTRICA	UNID	10	R\$ 38,46	R\$ 384,60
1.9	CABO COBRE NU 25MM2	M	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
1.10	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	PC	100	R\$ 175,17	R\$ 17.517,00
1.11	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICI- IAMA BWF-8, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	PC	100	R\$ 416,50	R\$ 41.650,00
1.12	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	PC	100	R\$ 480,00	R\$ 48.000,00



1.13	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	PC	50	R\$ 753,33	R\$ 37.666,50
1.14	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16MM2	PC	50	R\$ 1.174,67	R\$ 58.733,50
1.15	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	PC	5	R\$ 1.426,82	R\$ 7.134,10
1.16	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 35 MM2	PC	5	R\$ 1.513,00	R\$ 7.565,00
1.17	CABO PARALELO 2X2,5MM	PC	100	R\$ 267,10	R\$ 26.710,00
1.18	CABO PP 2X2,5MM	PC	125	R\$ 419,63	R\$ 52.453,75
1.19	CABO PP 3X2,5MM	PC	30	R\$ 526,23	R\$ 15.786,90
1.20	CABO PP 3X4MM	PC	30	R\$ 812,51	R\$ 24.375,30
1.21	CABO PP 4X6MM	PC	30	R\$ 1.464,84	R\$ 43.945,20
1.22	CAIXA DE PLÁSTICO 4" X 2" (PADRÃO MUTIRÃO)	UNID	200	R\$ 1,43	R\$ 286,00
1.23	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNID	40	R\$ 1,46	R\$ 58,40
1.24	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNID	40	R\$ 2,57	R\$ 102,80
1.25	CAIXA EXTERNA DE MEDIÇÃO MONOFASICO COM VISOR	UNID	20	R\$ 59,87	R\$ 1.197,40
1.26	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	35	R\$ 7,11	R\$ 248,85



1.27	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 1,06	R\$ 42,40
1.28	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 3,25	R\$ 130,00
1.29	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 5,68	R\$ 227,20
1.30	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 5,06	R\$ 202,40
1.31	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 8,16	R\$ 326,40
1.32	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNID	30	R\$ 13,65	R\$ 409,50
1.33	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	40	R\$ 12,67	R\$ 506,80
1.34	CURVA BOX RÍGIDA 2"	UNID	30	R\$ 18,29	R\$ 548,70
1.35	DISJUNTOR MONOFASICO 10AMP	UNID	40	R\$ 11,18	R\$ 447,20
1.36	DISJUNTOR MONOFASICO 16AMP	UNID	40	R\$ 11,66	R\$ 466,40
1.37	DISJUNTOR MONOFASICO 20AMP	UNID	40	11,18	R\$ 447,20
1.38	DISJUNTOR MONOFASICO 25AMP	UNID	40	R\$ 11,01	R\$ 440,40
1.39	DISJUNTOR MONOFASICO 32AMP	UNID	40	R\$ 11,18	R\$ 447,20
1.40	DISJUNTOR MONOFASICO 40AMP	UNID	40	R\$ 13,10	R\$ 524,00
1.41	DISJUNTOR MONOFASICO 50AMP	UNID	40	R\$ 13,50	R\$ 540,00
1.42	DISJUNTOR TRIFASICO 10AMP	UNID	40	R\$ 52,09	R\$ 2.083,60



1.43	DISJUNTOR TRIFASICO 20AMP	UNID	40	R\$ 47,78	R\$ 1.911,20
1.44	DISJUNTOR TRIFASICO 63AMP	UNID	40	R\$ 61,72	R\$ 2.468,80
1.45	DISJUNTOR TRIFASICO 125AMP	UNID	10	R\$ 163,25	R\$ 1.632,50
1.46	DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 25AMP	UNID	15	R\$ 128,54	R\$ 1.928,10
1.47	DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 50AMP	UNID	15	R\$ 138,54	R\$ 2.078,10
1.48	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCA VELDE 1", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 11,83	R\$ 591,50
1.49	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1/2", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 5,34	R\$ 267,00
1.50	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 4,45	R\$ 222,50
1.51	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 12,39	R\$ 619,50
1.52	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 2", SEM LUVA	VARA	50	R\$ 71,93	R\$ 3.596,50
1.53	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM COM 50 METROS	PC	30	R\$ 64,63	R\$ 1.938,90
1.54	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM COM 25 METROS	PC	30	R\$ 92,70	R\$ 2.781,00
1.55	ESPELHO CEGO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNID	50	R\$ 2,73	R\$ 136,50
1.56	ESPELHO CEGO 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNID	30	R\$ 6,29	R\$ 188,70
1.57	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 3X3"	UNID	30	R\$ 2,95	R\$ 88,50
1.58	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 4X4"	UNID	30	R\$ 4,54	R\$ 136,20
1.59	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UNID	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
1.60	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO) 10M	UNID	60	R\$ 23,48	R\$ 1.408,80



1.61	INTERRUPTOR 3 SEÇÕES 10A.MP PARA EMBUTIR	UNID	50	R\$ 13,73	R\$ 686,50
1.62	CONJUNTO ASTOP SEM DISJUNTOR	UNID	100	R\$ 20,43	R\$ 2.043,00
1.63	LÂMPADA LED 20W	UNID	350	R\$ 19,66	R\$ 6.881,00
1.64	LÂMPADA LED 30W, BASE E27	UNID	350	R\$ 30,15	R\$ 10.552,50
1.65	LÂMPADA LED 40W, BASE E27	UNID	350	R\$ 40,29	R\$ 14.101,50
1.66	LÂMPADA LED 50W, BASE E27	UNID	350	R\$ 50,28	R\$ 17.598,00
1.67	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 40W, BIVOLT	UNID	45	R\$ 17,11	R\$ 769,95
1.68	LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 250W/220V	UNID	15	R\$ 63,44	R\$ 951,60
1.69	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 3,05	R\$ 305,00
1.70	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 4,00	R\$ 400,00
1.71	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
1.72	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 6,41	R\$ 641,00
1.73	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNID	100	R\$ 1,91	R\$ 191,00
1.74	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 6 A 8 DISJUNIDTORES DIN	UNID	30	R\$ 66,63	R\$ 1.998,90
1.75	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 12 DISJUNIDTORES A 16 DISJUNIDTORES DIN	UNID	30	R\$ 63,41	R\$ 1.902,30
1.76	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 3 DISJUNIDTORES A 4 DISJUNIDTORES DIN	UNID	30	R\$ 21,30	R\$ 639,00



1.77	REATOR P/ LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W	UNID	15	R\$ 59,05	R\$ 885,75
1.78	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 10 W	UNID	35	R\$ 22,18	R\$ 776,30
1.79	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UNID	35	R\$ 41,85	R\$ 1.464,75
1.80	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UNID	35	R\$ 56,48	R\$ 1.976,80
1.81	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 100 W	UNID	100	R\$ 95,56	R\$ 9.556,00
1.82	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 200 W	UNID	100	R\$ 236,62	R\$ 23.662,00
1.83	SOQUETE PRATICO BOCAL LOUÇA	UNID	250	R\$ 4,26	R\$ 1.065,00
1.84	SOQUETE C/ RABICHO PRETO	UNID	200	R\$ 3,42	R\$ 684,00
1.85	TOMADA 2P+T 10A, 250V, PARA EMBUTIR	UNID	225	R\$ 6,56	R\$ 1.476,00
1.86	TOMADA DUPLA 2P+T 10A, 250V, PARA SOBREPOR	UNID	225	R\$ 10,93	R\$ 2.459,25
1.87	TOMADA DUPLA 2P+T 10A 250V, PARA EMBUTIR	UNID	225	R\$ 9,43	R\$ 2.121,75
1.88	TOMADA RJ45	UNID	85	R\$ 15,88	R\$ 1.349,80
Valor global lote 1: (Quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos)					R\$ 523.636,46

LOTE 02 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
2.1	AREIA GROSSA	M3	300	R\$ 112,03	R\$ 33.609,00
2.2	ARGAMASSA COLANTE AC II	PCT	200	R\$ 9,19	R\$ 1.838,00
2.3	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	PCT	100	R\$ 24,84	R\$ 2.484,00
2.4	BRITA 1	M3	250	R\$ 145,08	R\$ 36.270,00



2.5	BRITA 2	M3	150	R\$ 147,08	R\$ 22.062,00
2.6	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (SACO DE 50 KG)	PCT	2000	R\$ 45,53	R\$ 91.060,00
2.7	PISO PEDRA CARIRI E=2CM	M2	70	R\$ 31,84	R\$ 2.228,80
2.8	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	200	R\$ 93,25	R\$ 18.650,00
2.9	REJUNIDTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	100	R\$ 4,28	R\$ 428,00
2.10	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UNID	5000	R\$ 0,85	R\$ 4.250,00
2.11	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	UNID	5	R\$ 34,27	R\$ 171,35
2.12	ALICATE UNID VERSAI. 8"	UNID	5	R\$ 34,30	R\$ 171,50
2.13	ALICATE DE BICO 6"	UNID	5	R\$ 25,31	R\$ 126,55
2.14	BOTA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO	PAR	50	R\$ 72,28	R\$ 3.614,00
2.15	BOTA SETE LÉGUAS CANO LONGO	PAR	50	R\$ 53,40	R\$ 2.670,00
2.16	BUCHA DE NYLON NUMERO 6	UNID	1000	R\$ 0,10	R\$ 100,00
2.17	BUCHA DE NYLON NUMERO 8	UNID	1000	R\$ 0,14	R\$ 140,00
2.18	BUCHA DE NYLON NUMERO 10	UNID	1000	R\$ 0,25	R\$ 250,00
2.19	BUCHA DE NYLON NUMERO 12	UNID	500	R\$ 0,52	R\$ 260,00
2.20	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM	UNID	25	R\$ 31,93	R\$ 798,25
2.21	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25 MM	UNID	25	R\$ 23,45	R\$ 586,25
2.22	CARRO DE MAO EXTRA FORTE 3,25X8 60 L	UNID	25	R\$ 384,94	R\$ 9.623,50



2.23	COLHER DE PEDREIRO	UNID	10	R\$ 24,01	R\$ 240,10
2.24	CHIBANCA	UNID	20	R\$ 112,92	R\$ 2.258,40
2.25	CINTO PARAQUEDISTA INTREGRADO 3 PONTAS COM TALABARTE Y ABS ELASTIZADO	UNID	5	R\$ 237,81	R\$ 1.189,05
2.26	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RÍGIDO COM FAIXA REFLETIVA 75CM	UNID	10	R\$ 60,70	R\$ 607,00
2.27	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UNID	20	R\$ 30,28	R\$ 605,60
2.28	DISCO DE CORTE PARA METAL 10	UNID	20	R\$ 12,93	R\$ 258,60
2.29	DISCO DE DESBASTE AÇO INOX 9	UNID	10	R\$ 17,57	R\$ 175,70
2.30	DISCO DE LIXA PARA METAL, DIÂMETRO = 180 MM, GRAO 120	UNID	10	R\$ 11,50	R\$ 115,00
2.31	ENXADA 2 1/2 CM COM CABO DE 1.50M	UNID	10	R\$ 47,24	R\$ 472,40
2.32	ESCADA DE AÇO 7 DEGRAUS	UNID	5	R\$ 359,12	R\$ 1.795,60
2.33	ESCADA ALUMUNIDO EXTENSÍVEL DUPLA 3,9X5,05 2X10 20 DEGRAUS	UNID	5	R\$ 1.295,30	R\$ 6.476,50
2.34	FITA CREPE 24MMX50M	UNID	70	R\$ 10,25	R\$ 717,50
2.35	FITA CREPE 48MMX50M	UNID	70	R\$ 13,10	R\$ 917,00
2.36	LIXA DAGUA EM FOLHA, GRAO 100	UNID	200	R\$ 1,61	R\$ 322,00
2.37	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UNID	200	R\$ 2,96	R\$ 592,00
2.38	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120	UNID	200	R\$ 1,87	R\$ 374,00
2.39	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2	200	R\$ 10,39	R\$ 2.078,00
2.40	LUVA DE RAPA COM PUNHO CANO CURTO 7 CM	PAR	50	R\$ 13,65	R\$ 682,50
2.41	MARTELO	UNID	15	R\$ 33,21	R\$ 498,15



2.42	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/4" X 2 MM	PC	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
2.43	OCULOS DE SEGURANÇA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTEÇÃO UVA E UVB	UNID	20	R\$ 6,36	R\$ 127,20
2.44	PA DE BICO COM CABO DE 71CM	UNID	20	R\$ 46,43	R\$ 928,60
2.45	PA QUADRADA	UNID	20	R\$ 59,05	R\$ 1.181,00
2.46	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIÂMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	UNID	1000	R\$ 0,39	R\$ 390,00
2.47	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIÂMETRO 5/16", COMPRIMENTO 3/4", COM PORCA E ARRUELA LISA LEVE	UNID	1000	R\$ 1,58	R\$ 1.580,00
2.48	PRUMO DE CENTRO EM ACO *400* G	UNID	2	R\$ 30,64	R\$ 61,28
2.49	PICARETA	UNID	10	R\$ 120,39	R\$ 1.203,90
2.50	REGUA DE PEDREIRO	UNID	10	R\$ 29,70	R\$ 297,00
2.51	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 250 G	UNID	50	R\$ 31,02	R\$ 1.551,00
2.52	TRENA METALICA 5M	UNID	5	R\$ 17,00	R\$ 85,00
2.53	FITA MÉTRICA 50M	UNID	5	R\$ 53,15	R\$ 265,75
2.54	TRICUTE	ROLO	5	R\$ 159,99	R\$ 799,95
2.55	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	UNID	10	R\$ 8,97	R\$ 89,70
2.56	ESPATULA DE ACO INOX COM CASO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	UNID	20	R\$ 8,23	R\$ 164,60
2.57	ESPÁTULA DE PLÁSTICO LISA, LARGURA 10 CM	UNID	20	R\$ 5,00	R\$ 100,00



2.58	FUNIDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	GALAO	100	R\$ 91,42	R\$ 9.142,00
2.59	FUNIDO SINTÉTICO NIVELADOR BRANCO FOSCO PARA MADEIRA 18L	BALDE	50	R\$ 124,97	R\$ 6.248,50
2.60	PIGMENTOS LIQUIDO 50ML	UNID	150	R\$ 4,05	R\$ 607,50
2.61	MASSA ACRÍLICA 25KG	BALDE	500	R\$ 81,10	R\$ 40.550,00
2.62	MASSA CORRIDA 22KG	BALDE	500	R\$ 44,97	R\$ 22.485,00
2.63	PINCEL CHATO (TRINCHA)	UNID	220	R\$ 5,92	R\$ 1.302,40
2.64	ROLO DE ESPONJA 23 CM	UNID	130	R\$ 16,10	R\$ 2.093,00
2.65	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UNID	130	R\$ 16,53	R\$ 2.148,90
2.66	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS	LITRO	350	R\$ 16,45	R\$ 5.757,50
2.67	SUPERCAL PACOTE COM 5KG	PCT	1900	R\$ 8,08	R\$ 15.352,00
2.68	TEXTURA ACRÍLICA BALDE DE 25KG	BALDE	1000	R\$ 110,14	R\$ 110.140,00
2.69	TINTA DERMACAÇÃO VIARIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA (UTILIZADA PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSITO)	BALDE	15	R\$ 320,17	R\$ 4.802,55
2.70	TINTA PISO	BALDE	150	R\$ 185,00	R\$ 27.750,00
2.71	TINTA EPOXI BRANCA GALAO 3,6L	GALAO	100	R\$ 261,67	R\$ 26.167,00
2.72	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE SOLVENTE 3,6 LITROS	GALAO	300	R\$ 70,00	R\$ 21.000,00
2.73	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE AGUA 3,6 LITROS	GALAO	300	R\$ 117,71	R\$ 35.313,00
2.74	ESMALTE RESINA A BASE D'AGUA 3,6 LITROS	GALAO	50	R\$ 62,13	R\$ 3.106,50
2.75	TINTA LATEX ACRÍLICA BALDE DE 18 LITROS	BALDE	900	R\$ 108,50	R\$ 97.650,00
2.76	TINTA SPRAY 400 ML (DIVERSAS CORES)	UNID	50	R\$16,13	R\$ 806,50
2.77	VERNIZ MADEIRA INCOLOR	GALAO	100	R\$ 37,00	R\$ 3.700,00



Valor global lote 2: (Setecentos e um mil, quinhentos e treze reais e sessenta e três centavos)	RS 701.513,63
---	---------------

LOTE 03 – MATERIAL DE MADEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
3.1	BARROTE DE 5X5 MASSARANDUBA	M	100	RS 15,76	RS 1.576,00
3.2	CERAMICA ESMALTADA DIMENSÕES 40X40CM	M2	300	RS 34,67	RS 10.401,00
3.3	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 10MM, DE *1,60 X 2,20* M	FOLHA	30	RS 159,97	RS 4.799,10
3.4	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 15 MM, DE *1,60 X 2,20* M	FOLHA	30	RS 162,29	RS 4.868,70
3.5	DOBRADIÇA EM ACO/FERRO, 3" X 12 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANFI, CROMADO OU ZINCADO	UNID	100	RS 5,75	RS 575,00
3.6	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO, MAQUINA 40 MM, MAÇANETAS ALAVANCA E ROSETAS REDONDAS EM METAL CROMADO • NIVEL SEGURANÇA MEDIO • COMPLETA	UNID	50	RS 44,82	RS 2.241,00
3.7	FECHADURA PARA PORTA INTERNA, MAQUINA 40 MM, MAÇANETA ALAVANCA E ESPELHO EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANÇA MEDIO - COMPLETA	UNID	100	RS 32,82	RS 3.282,00
3.8	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE	UNID	100	RS 52,66	RS 5.266,00



3.9	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 3 POLEGADAS	UNID	20	R\$ 4,75	R\$ 95,00
3.10	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 4 POLEGADAS	UNID	20	R\$ 4,67	R\$ 93,40
3.11	FERROLHO CHATO, ZINCADO DE 4 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 4,78	R\$ 47,80
3.12	PORTA LISA DE CEDRO 0.60X2.10M	UNID	5	R\$ 192,47	R\$ 962,35
3.13	PORTA LISA DE CEDRO 0.70X2.10M	UNID	5	R\$ 243,91	R\$ 1.219,55
3.14	PORTA LISA DE CEDRO 0.80X2.10M	UNID	5	R\$ 220,00	R\$ 1.100,00
3.15	FOLHA PORTA PARANÁ (0,60X2,10M)	UNID	5	R\$ 146,27	R\$ 731,35
3.16	FOLHA PORTA PARANÁ (0,70X2,10M)	UNID	5	R\$ 149,60	R\$ 748,00
3.17	FOLHA PORTA PARANÁ (0,80X2,10M)	UNID	5	R\$ 148,94	R\$ 744,70
3.18	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,60 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 310,80	R\$ 1.554,00
3.19	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,70 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 310,80	R\$ 1.554,00
3.20	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,80 x 2,10 m)	UNID	5	R\$ 338,10	R\$ 1.690,50
3.21	PREGO 1 1/4 x 15	KG	80	R\$ 24,51	R\$ 1.960,80
3.22	PREGO 2 1/2x10 (18X27)	KG	80	R\$ 25,40	R\$ 2.032,00
Valor global lote 3: (Quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)					R\$ 47.542,25

LOTE 04 – MATERIAL HIDROSANITÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V. ESTIMADO GLOBAL RS
4.1	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 175GR	UNID	30	R\$ 20,59	



4.2	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	UNID	30	R\$ 60,88	R\$ 617,70
4.3	ASSENTO SANITARIO DE PLÁSTICO TIPO CONVENCIONAL	UNID	50	R\$ 26,23	R\$ 1.826,40
4.4	BACIA SANITÁRIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA	UNID	50	R\$ 352,90	R\$ 1.311,50
4.5	BACIA SANITÁRIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	UNID	50	R\$ 271,64	R\$ 17.645,00
4.6	BOMBA SAPO	UNID	20	R\$ 356,83	R\$ 13.582,00
4.7	BOMBA MONOFASICA 0,5cv	UNID	20	R\$ 1.312,73	R\$ 7.136,60
4.8	BOMBA TRIFASICA 1cv	UNID	20	R\$ 1.631,67	R\$ 26.254,60
4.9	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	UNID	15	R\$ 326,55	R\$ 32.633,40
4.10	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UNID	20	R\$ 588,14	R\$ 4.898,25
4.11	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 5000 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 3.107,06	R\$ 11.762,80
4.12	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 10000 LITROS, COM TAMPA	UNID	5	R\$ 4.950,14	R\$ 15.535,30
4.13	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA (COMPLETA)	UNID	30	R\$ 43,76	R\$ 24.750,70
4.14	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNID	30	R\$ 26,20	R\$ 1.312,80
4.15	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 185 X 75MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNID	30	R\$ 33,50	R\$ 786,00
4.16	CHUVEIRO PLÁSTICO	UNID	30	R\$ 8,60	R\$ 1.005,00
4.17	ENGATE PLÁSTICO	UNID	70	R\$ 6,40	R\$ 258,00
4.18	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (LXC)	UNID	150	R\$ 6,27	R\$ 448,00



4.19	JOELHO PVC SOLDABEL 32 MM	UNID	40	R\$ 3,39	R\$ 940,50
4.20	JOELHO PVC SOLDABEL 60 MM	UNID	40	R\$ 28,50	R\$ 135,60
4.21	JOELHO PVC SOLDABEL 25 MM	UNID	40	R\$ 1,02	R\$ 1.140,00
4.22	JOELHO PVC SOLDABEL 40 MM	UNID	40	R\$ 5,24	R\$ 40,80
4.23	JOELHO PVC 45 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 7,52	R\$ 209,60
4.24	JOELHO PVC 45 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 4,81	R\$ 300,80
4.25	JOELHO PVC 45 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 5,02	R\$ 200,80
4.26	JOELHO PVC 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 5,52	R\$ 140,00
4.27	JOELHO PVC 90 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 2,14	R\$ 220,80
4.28	JOELHO PVC 90 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNID	40	R\$ 3,59	R\$ 85,60
4.29	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 25 MM	UNID	40	R\$ 1,81	R\$ 143,60
4.30	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 32 MM	UNID	40	R\$ 4,84	R\$ 72,40
4.31	LAVATORIO LOUCA BRANCA COM COLUNA	UNID	20	R\$ 192,50	R\$ 193,60
4.32	LUVA PVC SOLDABEL 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 1,30	R\$ 3.850,00
4.33	LUVA PVC SOLDABEL 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 3,17	R\$ 65,00
4.34	LUVA PVC SOLDABEL 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	4,76	R\$ 158,50
4.35	LUVA PVC SOLDABEL 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNID	50	R\$ 12,67	R\$ 238,00
4.36	LUVA PVC 100 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 6,99	R\$ 633,50
4.37	LUVA PVC 40 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 1,86	R\$ 489,30
4.38	LUVA PVC 50 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 4,99	R\$ 130,20



4.39	LUVA PVC 75 MM PARA ESGOTO	UNID	70	R\$ 7,30	R\$ 349,30
4.40	REGISTRO DE ESFERA PVC 25MM	UNID	30	R\$ 7,03	R\$ 511,00
4.41	REGISTRO DE ESFERA PVC DE 3/4"	UNID	30	R\$ 14,63	R\$ 210,90
4.42	REGISTRO DE PRESSÃO BASE COM ACABAMENTO DE 3/4"	UNID	30	R\$ 84,34	R\$ 438,90
4.43	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 1" (REF 1509)	UNID	30	R\$ 59,40	R\$ 2.530,20
4.44	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 3/4" (REF 1509)	UNID	30	R\$ 65,14	R\$ 1.782,00
4.45	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 2" (REF 1509)	UNID	30	R\$ 235,44	R\$ 1.954,20
4.46	TORNEIRA BOIA 3/4"	UNID	30	R\$ 21,61	R\$ 7.063,20
4.47	TORNEIRA METAL PARA PIA MESA BICA MOVEL 1169	UNID	15	R\$ 62,05	R\$ 648,30
4.48	TORNEIRA METAL PARA JARDIM 1128 3/4 CROMADA	UNID	15	R\$ 38,00	R\$ 930,75
4.49	TORNEIRA METAL P/ TANQUE 1126 3/4 CROMADA	UNID	15	R\$ 57,83	R\$ 570,00
4.50	TORNEIRA METAL P/ PIA 1158	UNID	15	R\$ 52,23	R\$ 867,45
4.51	TORNEIRA METAL P/ LAVATORIO BICA MOVEL 1195 C 29 1/4 VOLTA	UNID	15	R\$ 69,97	R\$ 783,45
4.52	TORNEIRA METAL P/ JARDIM 1128 3/4 AMARELO	UNID	15	R\$ 48,72	R\$ 1.049,55
4.53	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM - (NBR 5688)	UNID	150	R\$ 93,31	R\$ 730,80
4.54	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM - (NBR 5688)	UNID	150	R\$ 35,11	R\$ 13.996,50
4.55	TUBO PVC ESGOTO DE 75MM - (NBR 5688)	UNID	150	R\$ 98,67	R\$ 5.266,50
4.56	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 77,00	R\$ 14.800,50



4.57	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 91,45	R\$ 11.550,00
4.58	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 27,87	R\$ 13.717,50
4.59	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNID	150	R\$ 49,90	R\$ 4.180,50
Valor global lote 4: (Duzentos e sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos)					R\$ 262.621,55

LOTE 05 – MATERIAL DE FERRAGENS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. ESTIMADO UNITÁRIO RS	V.ESTIMADO GLOBAL RS
5.1	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	KG	15	R\$ 12,00	R\$ 180,00
5.2	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	15	R\$ 13,00	R\$ 195,00
5.3	ACO CA-60, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	15	R\$ 12,00	R\$ 180,00
5.4	ARAME GALVANIZADO 20 BWG	KG	50	R\$ 27,49	R\$ 1.374,50
5.5	ARAME RECOZIDO 18 PT	KG	25	R\$ 31,74	R\$ 793,50
5.6	TELA ARAME GALVANIZADO FIO 14 MALHA 2,5"	M2	70	R\$ 38,59	R\$ 2.701,30
Valor global lote 5: (Cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)					R\$ 5.424,30

5.2. As pesquisas de preços foram realizadas conforme as normas estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.

5.2.1. Ainda de acordo com o Art. 3º dessa IN, segue informações mínimas necessárias sobre a pesquisa de preços que integra esse processo:

I- Foi designado (a) o(a) servidor **PEDRO HENRIQUE SILVA COSTA**, como o agente responsável pela cotação;



II- A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 5º § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, empregados de forma combinada: primeiramente, foram consultados os preços através do sítio “precodereferencia.m2atecnologia.com.br”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da in Nº 65/2021 (pesquisa de compras públicas dos Municípios do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Governo Federal e pesquisa em contratações públicas similares).

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Menor preço por Lote

7.2. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO POR LOTE

Propomos o agrupamento dos itens, buscando uma logística de optar pela utilização de LOTES no processo de aquisição ao invés de itens unitários pelas seguintes justificativas:

O processo licitatório em tela objetiva e tem a efetiva necessidade de aquisição de material de construção necessários para realização das demandas de serviços de manutenção preventiva e corretiva, construção, recuperação e conservação das instalações prediais e equipamentos públicos. A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por consolidar as entregas a partir de um único fornecedor vencedor do referido LOTE, gerando assim maior eficiência na gestão contratual, bem como no processo de entrega, haja vista que é notório o fato de que ao se utilizar de muitos fornecedores para entrega, aumenta-se a incidência de possibilidades de atrasos, consequentemente ampliando-se o custo operacional do projeto para a Administração. Ademais, ressaltamos que ao agregar o quantitativo de recursos dentro de LOTES, conseguem-se maiores vantagens nos preços em relação à compra segmentada, pois há um montante maior de produtos a serem adquiridos em determinado fabricante, atendendo o princípio da razoabilidade e da economicidade para a Administração.

A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a unificação da solução requerida, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

Por fim, importa salientar o entendimento pacificado da súmula 247 do TCU, mencionada no Acórdão 5260/2011 (1ª Câmara).

Neste diapasão, nosso entendimento técnico é que há plena justificativa para a composição do certame em LOTES, sendo ratificado que os itens agrupados nos lotes possuem a mesma natureza, que há um elevado quantitativo de empresas brasileiras que encontra-se aptas ao pleno atendimento ao processo licitatório e que o formato de LOTES é mais vantajoso para a Administração.



8. TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços

9. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:
- f) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- g) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa; (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- h) Ata de fundação da cooperativa;
- i) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- j) Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- k) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- l) Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.
- m) Cédula de Identidade do(s) administrador(res);

9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.2.2. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE e DMPL) dos dois últimos exercícios sociais (2021/2022)**, já exigíveis e apresentados *na forma da lei*, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.2.2.1. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:



a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído;

b) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial;

d) **As empresas constituídas a menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

9.2.3. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2, deste tópico, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento.

9.2.4. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei.

9.2.5. Entende-se que a expressão "**na forma da lei**" constante no item 9.2.2 engloba, no mínimo:

I) Balanço Patrimonial;

II) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício e DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

III) Termos de abertura e de encerramento;

IV) Recibo de entrega de escrituração contábil digital;

V) Comprovante/termo de autenticação digital (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

9.2.5. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

9.2.5.1. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 50 das Instruções



Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU no 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo;

9.2.6. Com base nas informações constantes das Demonstrações Contábeis/Financeiras, as empresas deverão apresentar o memorial de cálculo dos índices financeiros, sendo qualificadas apenas as que forem consideradas solventes. Para isso serão utilizadas as seguintes definições e formulações: a boa situação financeira, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), maior que um (>1), Solvência Geral (SG), maior que um (>1) e Liquidez Corrente (LC), maior que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo}}$$

$$\frac{\text{Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.2.6.1 - A(s) empresa(s), que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor **global** estimado da contratação (lotes).

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Nesse azo, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

- razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- descrição do objeto contratado, e;



c) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela Prefeitura Municipal de Aracati para comprovação das informações.

6.5.1.1. A Prefeitura Municipal de Aracati, se resguarda no direito de diligenciar junto ao licitante emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pelo artigo 64 da Lei 14.133/2021, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5. DECLARAÇÕES

- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Declaração de autenticidade dos documentos;
- d) Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa);
- e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – “que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- f) a proposta comercial compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes nessa data.



10. ENTREGA E CRITERIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

10.1. Em razão da natureza do objeto a ser contrato e diante da impossibilidade de armazenar materiais de construção no Almoxarifado Central, o local de entrega será o indicado na ordem de compra, sendo, maioria das vezes, entregues na Secretaria de Infraestrutura, localizada: Rua Dois de Novembro, 1647, Várzea da Matriz – Aracati – CE; CEP: 62.800-000.

10.2. A entrega será fracionada de acordo com a demanda, em um prazo para entrega de no máximo de **48h**, após o recebimento da Ordem de Compra.

10.3. A Contratada sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se a Administração o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

10.4. A Contratada deverá cumprir obrigatoriamente os prazos das entregas solicitadas pela Administração, salvo em caso de alterações, que deverão ser comunicadas em um prazo inferior às 24h.

10.5. No ato das entregas, caso os produtos sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo haver reposição de acordo com as exigências editalícias.

10.6. Na ausência de um ou mais itens solicitados, o fornecedor deverá consultar a Administração quanto à substituição por um produto similar, com dois dias de antecedência. A solicitação deverá ser acompanhada da justificativa em até dois dias antes da entrega e encaminhada à Contratante, que deliberará sobre a aceitação ou não do pedido formulado.

10.7. O recebimento do objeto, pela Administração, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no **art. 140** da Lei Federal nº. 14.133/2021:

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) **Definitivamente**, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

12. PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.2. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Social, que atestará a execução do objeto contratado;



12.3. O pagamento somente será efetuado após verificada a manutenção da regularidade fiscal da contratada e o "atesto", pelo servidor competente, na Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta bancária de titularidade do Contratado (a) ou do procurador por ele(a) indicado.

12.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.6. Na Nota Fiscal deverão constar o número do empenho, o preço unitário e o total do serviço contratado expressos em reais.

12.7. Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021 será designada a **Sra. Maria Neuma Barbosa de Lima** para acompanhar o acolhimento, fiscalizar o contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. A gestão e fiscalização do presente instrumento contratual sob a coordenação do Sra. Lilian Karine Araújo Souza.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

14.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

14.3. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Termo de Referência, bem como a proposta apresentada.



- 14.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços pretendida;
- 14.5. Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 14.6. Documentar as ocorrências existentes no decorrer da prestação de serviços;
- 14.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos da Contratada, orientando-a, quando necessário.
- 14.8.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 15.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 15.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 15.3.Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 15.4.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 15.4.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 15.5.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 15.6.Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 15.7.Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 15.8.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 15.9.Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



15.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

16.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1 - A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos / redução de desperdícios / menor poluição, tais como:



- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- d) Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

18. - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a) Em caso de atraso injustificado será calculada de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato celebrado.
- b) Em caso de não realização dos serviços será calculada em até 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.



18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



18.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

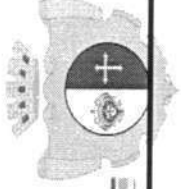
19.0. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor da Secretaria Municipal de Educação, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

Aracati/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Ana Lúcia da Costa Mello

Secretária de Educação

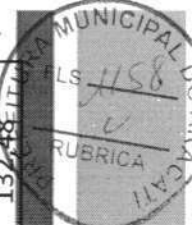


PLANILHA CONSOLIDADA
QUANTITATIVO GLOBAL
ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES ARACATI-CE. DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE.

LOTE 1 - MATERIAL ELETRICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR ÓRGÃO E ENTIDADE				QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M.2.A. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
			SAUDE	EDUCAÇÃO	SEINFRA	SEGURANÇA			
1	ABRACAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM PACOTE COM 100	PACOTE	5	10	10	0	25	R\$ 4,48	R\$ 112,00
2	ABRACAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *3,5* MM PACOTE COM 100	PACOTE	5	10	10	0	25	R\$ 9,54	R\$ 238,50
3	ABRACAÇADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 300 X *4,8* MM PACOTE COM 100	PACOTE	5	10	10	5	30	R\$ 27,75	R\$ 832,50
4	ABRACAÇADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1 1/2" PACOTE COM 50	PACOTE	2	5	5	0	12	R\$ 1,39	R\$ 16,68
5	ABRACAÇADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 2 1/2" PACOTE COM 50	PACOTE	2	5	5	0	12	R\$ 1,88	R\$ 22,56
6	ABRACAÇADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4" PACOTE COM 100	PACOTE	2	5	5	0	12	R\$1,36	R\$ 16,32
7	BASE RELE COM SUPORTE METALICO	UNIDADE	2	7	7	0	16	R\$8,28	R\$ 132,48





PREFEITURA DO
ARACATI

	UNIDADE	10				3			23	CATEGORIA DE SERVIÇOS ARACATIENSE	
		0	50	100	50	0	0	100		R\$	R\$
8	CHAVE BOIA AUTOMÁTICA ELÉTRICA									R\$38,46	R\$ 884,58
9	CABO COBRE NU 25MM2	0	0	0	0	0	0	0	100	R\$18,00	R\$ 1.800,00
10	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	15	0	0	0	0	0	0	15	R\$124,33	R\$ 1.864,95
10	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	15	100	100	100	0	0	0	215	R\$175,17	R\$ 37.661,55
11	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICI-IAMA BWF-8, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	15	100	100	100	0	0	0	215	R\$416,50	R\$ 89.547,50
12	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	15	100	100	100	0	0	0	215	R\$480,00	R\$ 103.200,00

[Handwritten signature]

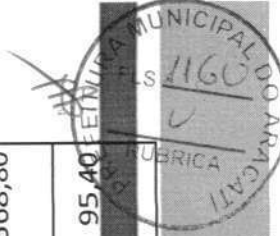
[Handwritten mark]





PREFEITURA DO
ARACATI
ALEGRIA DE SER ARACATIENSE

13	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	PEÇA	5	50	50	0	105	R\$ 753,33	R\$ 79.099,65
14	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16MM2	PEÇA	5	50	50	0	105	R\$ 1.174,67	R\$ 123.340,35
15	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	PEÇA	2	5	5	0	12	R\$ 1.426,82	R\$ 17.121,84
16	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 35 MM2	PEÇA	2	5	5	0	12	R\$ 1.513,00	R\$ 18.156,00
17	CABO PARALELO 2X2,5MM	PEÇA	30	100	100	0	230	R\$ 267,10	R\$ 61.433,00
18	CABO PP 2X2,5MM	PEÇA	5	125	125	0	255	R\$ 419,63	R\$ 107.005,65
19	CABO PP 3X2,5MM	PEÇA	5	30	30	0	65	R\$ 526,23	R\$ 34.204,95
20	CABO PP 3X4MM	PEÇA	5	30	30	0	65	R\$ 812,51	R\$ 52.813,15
21	CABO PP 4X6MM	PEÇA	5	30	30	10	75	R\$ 1.464,84	R\$ 109.863,00
22	CAIXA DE PLÁSTICO 4" X 2" (PADRÃO MUTIRÃO)	UNIDADE	50	200	200	0	450	R\$ 1,43	R\$ 643,50
23	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$ 1,46	R\$ 146,00
24	CAIXA OCTOGONAL DE FUNIDO MOVEL, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$ 2,57	R\$ 257,00
25	CAIXA EXTERNA DE MEDIÇÃO MONOFASICO COM VISOR	UNIDADE	5	20	20	0	45	R\$ 59,87	R\$ 2.694,15
26	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	35	35	0	80	R\$ 7,11	R\$ 568,80
27	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$ 1,06	R\$ 95,40





28	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	3,25	R\$	292,50
29	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	5,68	R\$	511,20
30	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	5,06	R\$	455,40
31	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	8,16	R\$	734,40
32	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	30	30	0	70	R\$	13,65	R\$	955,50
33	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2 1/2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	12,67	R\$	1.140,30
34	CURVA BOX RÍGIDA 2"	UNIDADE	5	30	30	0	65	R\$	18,29	R\$	1.188,85

35	DISJUNIDTOR MONOFASICO 10AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	11,18	R\$	1.006,20
36	DISJUNIDTOR MONOFASICO 16AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	11,66	R\$	1.049,40
37	DISJUNIDTOR MONOFASICO 20AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	11,18	R\$	1.006,20
38	DISJUNIDTOR MONOFASICO 25AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	11,01	R\$	990,90
39	DISJUNIDTOR MONOFASICO 32AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	11,18	R\$	1.006,20
40	DISJUNIDTOR MONOFASICO 40AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	13,10	R\$	1.179,00
41	DISJUNIDTOR MONOFASICO 50AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	13,50	R\$	1.215,00
42	DISJUNIDTOR TRIFASICO 10AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	52,09	R\$	4.688,10
43	DISJUNIDTOR TRIFASICO 20AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	47,78	R\$	4.300,20
44	DISJUNIDTOR TRIFASICO 63AMP	UNIDADE	10	40	40	0	90	R\$	61,72	R\$	5.554,80
45	DISJUNIDTOR TRIFASICO 125AMP	UNIDADE	0	10	10	0	20	R\$	163,25	R\$	3.265,00
46	DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 25AMP	UNIDADE	0	15	15	0	30	R\$	128,54	R\$	3.856,20
47	DISPOSITIVO DR TETRAPOLAR 50AMP	UNIDADE	0	15	15	0	30	R\$	138,54	R\$	4.156,20
48	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCA VELDE 1", SEM LUVA	VARA	10	50	50	0	110	R\$	11,83	R\$	1.301,30
49	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1/2", SEM LUVA	VARA	10	50	50	0	110	R\$	5,34	R\$	587,40





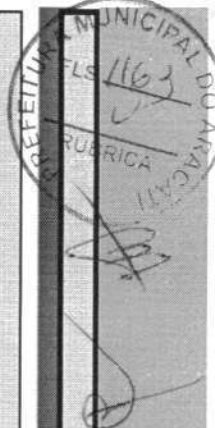
50	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2", SEM LUVA	VARA	10	50	50	0	110	R\$	4,45	R\$	489,50
51	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4", SEM LUVA	VARA	10	50	50	0	110	R\$	12,39	R\$	1.362,90
52	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 2", SEM LUVA	VARA	10	50	50	0	110	R\$	71,93	R\$	7.912,30
53	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM COM 50 METROS	PEÇA	10	30	30	0	70	R\$	64,63	R\$	4.524,10
54	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM COM 25 METROS	PEÇA	10	30	30	0	70	R\$	92,70	R\$	6.489,00
55	ESPELHO CEGO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNIDADE	20	50	50	0	120	R\$	2,73	R\$	327,60
56	ESPELHO CEGO 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	6,29	R\$	503,20
57	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 3X3"	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	2,95	R\$	236,00
58	ESPELHO CEGO 3" X 3", PARA CAIXA OCTOGONAL 4X4"	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	4,54	R\$	363,20
59	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UNIDADE	20	100	100	20	240	R\$	12,00	R\$	2.880,00
60	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO) 10M	UNIDADE	20	60	60	0	140	R\$	23,48	R\$	3.287,20
61	INTERRUPTOR 3 SEÇÕES 10A.MP PARA EMBUTIR	UNIDADE	50	50	50	0	150	R\$	13,73	R\$	2.059,50
62	CONJUNTO ASTOP SEM DISJUNIDTOR	UNIDADE	50	100	100	0	250	R\$	20,43	R\$	5.107,50
63	LAMPADA LED 20W	UNIDADE	50	350	350	150	900	R\$	19,66	R\$	17.694,00
64	LAMPADA LED 30W, BASE E27	UNIDADE	50	350	350	0	750	R\$	30,15	R\$	22.612,50
65	LAMPADA LED 40W, BASE E27	UNIDADE	50	350	350	0	750	R\$	40,29	R\$	30.217,50
66	LAMPADA LED 50W, BASE E27	UNIDADE	50	350	350	0	750	R\$	50,28	R\$	37.710,00
67	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 40W, BIVOLT	UNIDADE	15	45	45	0	105	R\$	17,11	R\$	1.796,55
68	LÂMPADA VAPOUR METÁLICO DE 250W/220V	UNIDADE	10	15	15	0	40	R\$	63,44	R\$	2.537,60
69	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	50	100	100	0	250	R\$	3,05	R\$	762,50
70	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	50	100	100	0	250	R\$	4,00	R\$	1.000,00





71	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	50	100	100	0	250	R\$	3,00	R\$	750,00
72	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	50	100	100	0	250	R\$	6,41	R\$	1.602,50
73	LUVA EM PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UNIDADE	50	100	100	0	250	R\$	1,91	R\$	477,50
74	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 6 A 8 DISJUNIDTORES DIN	UNIDADE	10	30	30	0	70	R\$	66,63	R\$	4.664,10
75	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 12 DISJUNIDTORES A 16 DISJUNIDTORES DIN	UNIDADE	10	30	30	0	70	R\$	63,41	R\$	4.438,70
76	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 3 DISJUNIDTORES A 4 DISJUNIDTORES DIN	UNIDADE	10	30	30	0	70	R\$	21,30	R\$	1.491,00
77	REATOR P/ LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W	UNIDADE	0	15	15	0	30	R\$	59,05	R\$	1.771,50
78	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 10 W	UNIDADE	0	35	35	0	70	R\$	22,18	R\$	1.552,60
79	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UNIDADE	0	35	35	0	70	R\$	41,85	R\$	2.929,50
80	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UNIDADE	0	35	35	0	70	R\$	56,48	R\$	3.953,60
81	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 100 W	UNIDADE	0	100	100	0	200	R\$	95,56	R\$	19.112,00
82	REFLETOR LED RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 200 W	UNIDADE	0	100	100	0	200	R\$	236,62	R\$	47.324,00
83	REFLETOR LED 1000W BRANCO FRIO QUANTIDADE DE LUMENS: 90000 LÚMENS COR DA LUZ: BRANCO FRIO (6500 - 7000K) TEMPERATURA DE TRABALHO:-20-+ 60º C (-4-+ 140 ° F) POTÊNCIA: 1000W IMPERMEÁVEL: IP66 VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS MATERIAL: ALUMÍNIO / VIDRO TEMPERADO	UNIDADE	0	0	20	0	20	R\$	441,90	R\$	8.838,00
84	SOQUETE PRÁTICO BOCAL LOUÇA	UNIDADE	70	250	250	0	570	R\$	4,26	R\$	2.428,20
85	SOQUETE C/ RABICHO PRETO	UNIDADE	70	200	200	0	470	R\$	3,42	R\$	1.607,40
86	TOMADA 2P+T 10A, 250V, PARA EMBUTIR	UNIDADE	50	225	225	50	550	R\$	6,56	R\$	3.608,00
87	TOMADA DUPLA 2P+T 10A, 250V, PARA SOBREPOR	UNIDADE	50	225	225	50	550	R\$	10,93	R\$	6.011,50
88	TOMADA DUPLA 2P+T 10A 250V, PARA EMBUTIR	UNIDADE	50	225	225	50	550	R\$	9,43	R\$	5.186,50
89	TOMADA RJ45	UNIDADE	20	85	85	50	240	R\$	15,88	R\$	3.811,20
VALOR POR EXTENSO: HUM MILHAO, CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS											
										R\$	

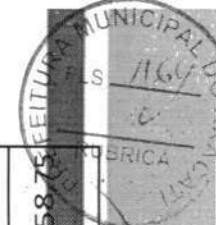
LOTE 2 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO





PREFEITURA DO
ARACATI
ALEGRIA DE SER ARACATIENSE

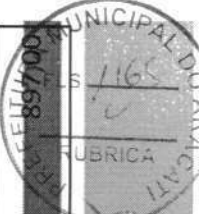
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR ÓRGÃO E ENTIDADE				QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M.2.A. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
			SAUDE	EDUCAÇÃO	SEINFRA	SEGURANÇA			
1	AREIA GROSSA	METRO	80	300	600	20	1.000	R\$ 112,03	R\$ 112.030,00
2	ARGAMASSA COLANTE AC II	PACOTE	50	200	250	0	500	R\$ 9,19	R\$ 4.595,00
3	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	PACOTE	50	100	100	0	250	R\$ 24,84	R\$ 6.210,00
4	BRITA 1	METRO	80	250	250	10	590	R\$ 145,08	R\$ 85.597,20
5	BRITA 2	METRO	80	150	150	0	380	R\$ 147,08	R\$ 55.890,40
6	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO (SACO DE 50 KG)	PACOTE	230	2000	3100	100	5.430	R\$ 45,53	R\$ 247.227,90
7	PISO PEDRA CARIRI E=2CM	METRO	0	70	70	0	140	R\$ 31,84	R\$ 4.457,60
8	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR, SEM FRETE)	METRO	0	200	200	0	400	R\$ 93,25	R\$ 37.300,00
9	REJUNITE CIMENTICIO, QUALQUER COR	QUILOGRAM A	50	100	100	0	250	R\$ 4,28	R\$ 1.070,00
10	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	UNIDADE	1000	5000	5000	3000	14.000	R\$ 0,85	R\$ 11.900,00
11	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	UNIDADE	0	5	5	1	11	R\$ 34,27	R\$ 376,97
12	ALICATE UNID VERSAL. 8"	UNIDADE	0	5	5	1	11	R\$ 34,30	R\$ 377,30
13	ALICATE DE BICO 6"	UNIDADE	0	5	5	1	11	R\$ 25,31	R\$ 278,41
14	BOTA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO	PAR	0	50	50	0	100	R\$ 72,28	R\$ 7.228,00
15	BOTA SETE LÉGUAS CANO LONGO	PAR	0	50	50	20	120	R\$ 53,40	R\$ 6.408,00
16	BUCHA DE NYLON NUMERO 6	UNIDADE	200	1000	1000	100	2.300	R\$ 0,10	R\$ 230,00
17	BUCHA DE NYLON NUMERO 8	UNIDADE	200	1000	1000	100	2.300	R\$ 0,14	R\$ 322,00
18	BUCHA DE NYLON NUMERO 10	UNIDADE	200	1000	1000	100	2.300	R\$ 0,25	R\$ 575,00
19	BUCHA DE NYLON NUMERO 12	UNIDADE	200	500	500	0	1.200	R\$ 0,52	R\$ 624,00
20	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM	UNIDADE	20	25	25	5	75	R\$ 31,93	R\$ 2.394,75
21	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 25-MM	UNIDADE	20	25	25	5	75	R\$ 23,45	R\$ 1.758,75





22	CARRO DE MAO EXTRA FORTE 3,25X8 60 L	UNIDADE	0	25	25	2	52	R\$	384,94	R\$	20.016,88
23	COLHER DE PEDREIRO	UNIDADE	0	10	10	2	22	R\$	24,01	R\$	528,22
24	CHIBANCA	UNIDADE	0	20	20	0	40	R\$	112,92	R\$	4.516,80
25	CINTO PARAQUEDISTA INTREGRADO 3 PONTAS COM TALABARTE Y ABS ELASTIZADO	UNIDADE	0	5	5	2	12	R\$	237,81	R\$	2.853,72
26	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RIGIDO COM FAIXA REFLETIVA 75CM	UNIDADE	0	10	10	10	30	R\$	60,70	R\$	1.821,00
27	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UNIDADE	0	20	20	20	60	R\$	30,28	R\$	1.816,80
28	DISCO DE CORTE PARA METAL 10	UNIDADE	0	20	20	0	40	R\$	12,93	R\$	517,20
29	DISCO DE DESBASTE AÇO INOX 9	UNIDADE	0	10	10	0	20	R\$	17,57	R\$	351,40
30	DISCO DE LIXA PARA METAL, DIÂMETRO = 180 MM, GRAO 120	UNIDADE	0	10	10	0	20	R\$	11,50	R\$	230,00
31	ENXADA 2 1/2 CM COM CABO DE 1.50M	UNIDADE	0	10	10	5	25	R\$	47,24	R\$	1.181,00
32	ESCADA DE AÇO 7 DEGRAUS	UNIDADE	0	5	5	1	11	R\$	359,12	R\$	3.950,32
33	ESCADA ALUMUNIDO EXTENSIVEL DUPLA 3,9X5,05 2X10 20 DEGRAUS	UNIDADE	0	5	5	1	11	R\$	1.295,30	R\$	14.248,30
34	FITA CREPE 24MMX50M	UNIDADE	20	70	70	10	170	R\$	10,25	R\$	1.742,50

35	FITA CREPE 48MMX50M	UNIDADE	20	70	70	10	170	R\$	13,10	R\$	2.227,00
36	LIXA DAGUA EM FOLHA, GRAO 100	UNIDADE	20	200	200	0	420	R\$	1,61	R\$	676,20
37	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UNIDADE	20	200	200	0	420	R\$	2,96	R\$	1.243,20
38	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120	UNIDADE	20	200	200	0	420	R\$	1,87	R\$	785,40
39	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	METRO	0	200	200	0	400	R\$	10,39	R\$	4.156,00
40	LUVIA DE RAPA COM PUNHO CANO CURTO 7 CM	PAR	0	50	50	5	105	R\$	13,65	R\$	1.433,25
41	MARTELO	UNIDADE	0	15	15	1	31	R\$	33,21	R\$	1.029,51
42	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/4" X 2 MM	PEÇA	0	10	10	2	22	R\$	480,00	R\$	10.560,00
43	OCULOS DE SEGURANÇA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTEÇÃO UVA E UVB	UNIDADE	0	20	20	5	45	R\$	6,36	R\$	286,20
44	PA DE BICO COM CABO DE 71CM	UNIDADE	0	20	20	2	42	R\$	46,43	R\$	1.950,06
45	PA QUADRADA	UNIDADE	0	20	20	2	42	R\$	59,05	R\$	2.480,10
46	PARAFUSO DE AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA	UNIDADE	200	1000	1000	100	2.300	R\$	0,39	R\$	

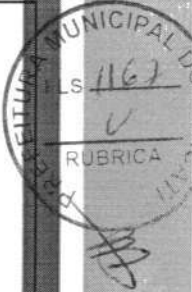




72	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE SOLVENTE 3,6 LITROS	GALAO	40	300	300	0	640	R\$ 70,00	R\$ 44.800,00
73	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BASE DE AGUA 3,6 LITROS	GALAO	40	300	300	0	640	R\$ 117,71	R\$ 75.334,40
74	ESMALTE RESINA A BASE D'AGUA 3,6 LITROS	GALAO	0	50	50	0	100	R\$ 62,13	R\$ 6.213,00
75	TINTA LATEX ACRÍLICA BALDE DE 18 LITROS	BALDE	150	900	900	20	1.970	R\$ 108,50	R\$ 213.745,00
76	TINTA SPRAY 400 ML (DIVERSAS CORES)	UNIDADE	0	50	50	20	120	R\$ 16,13	R\$ 1.935,60
77	VERNIZ MADEIRA INCOLOR	GALAO	15	100	100	0	215	R\$ 37,00	R\$ 7.955,00
78	TELHA CERÂMICA COLONIAL	UNIDADE	4500	0	0	0	4.500	R\$ 0,82	R\$ 3.690,00
VALOR POR EXTENSO: HUM MILHAO, SEISCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E UM REAIS E QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS R\$									1.641.519,75

LOTE 3 – MATERIAL DE MADEIRA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR ÓRGÃO E ENTIDADE				QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M.2.A. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
			SAUDE	EDUCAÇÃO	SEINFRA	SEGURANÇA			
1	BARROTE DE 5X5 MASSARANDUBA	METRO	0	100	100	100	300	R\$ 15,76	R\$ 4.728,00
2	CERAMICA ESMALTADA DIMENSÕES 40X40CM	METRO	0	300	300	0	600	R\$ 34,67	R\$ 20.802,00
3	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 10MM, DE *1,60 X 2,20* M	FOLHA	0	30	30	0	60	R\$ 159,97	R\$ 9.598,20
4	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 15 MM, DE *1,60 X 2,20* M	FOLHA	0	30	30	0	60	R\$ 162,29	R\$ 9.737,40
5	DOBRADIÇA EM ACO/FERILLO, 3" X 12 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANFI, CROMADO OU ZINCADO	UNIDADE	25	100	100	0	225	R\$ 5,75	R\$ 1.293,75
6	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO, MAQUINA 40 MM, MAÇANETAS ALAVANCA E ROSETAS REDONDAS EM METAL CROMADO • NIVEL SEGURANÇA MEDIO • COMPLETA	UNIDADE	25	50	50	0	125	R\$ 44,82	R\$ 5.602,50



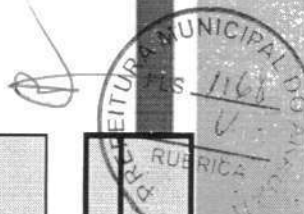


PREFEITURA DO
ARACATI
ALEGRIA DE SER ARACATIENSE

	UNIDADE	25	100	100	0	225	R\$	32,82	R\$	7.384,50
7	FECHADURA PARA PORTA INTERNA, MAQUINA 40 MM, MAÇANETA ALAVANCA E ESPELHO EM METAL CROMADO - NIVEL SEGURANÇA MEDIO -COMPLETA	25	100	100	0	225	R\$	32,82	R\$	7.384,50
8	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE	25	100	100	0	225	R\$	52,66	R\$	11.848,50
9	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 3 POLEGADAS	10	20	20	0	50	R\$	4,75	R\$	237,50
10	FERROLHO REDONDO, NIQUELADO DE 4 POLEGADAS	10	20	20	0	50	R\$	4,67	R\$	233,50
11	FERROLHO CHATO, ZINCADO DE 4 POLEGADAS	5	10	10	0	25	R\$	4,78	R\$	119,50
12	PORTA LISA DE CEDRO 0.60X2.10M	0	5	5	0	10	R\$	192,47	R\$	1.924,70
13	PORTA LISA DE CEDRO 0.70X2.10M	0	5	5	0	10	R\$	243,91	R\$	2.439,10
14	PORTA LISA DE CEDRO 0.80X2.10M	0	5	5	0	10	R\$	220,00	R\$	2.200,00
15	FOLHA PORTA PARANÁ (0,60X2,10M)	3	5	5	0	13	R\$	146,27	R\$	1.901,51
16	FOLHA PORTA PARANÁ (0,70X2,10M)	3	5	5	5	18	R\$	149,60	R\$	2.692,80
17	FOLHA PORTA PARANÁ (0,80X2,10M)	3	5	5	5	18	R\$	148,94	R\$	2.680,92
18	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,60 X 2,10 M)	3	5	5	0	13	R\$	310,80	R\$	4.040,40
19	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,70 X 2,10 M)	3	5	5	0	13	R\$	310,80	R\$	4.040,40
20	KIT PORTA PARANÁ COM FERRAGEM (0,80 X 2,10 M)	3	5	5	5	18	R\$	338,10	R\$	6.085,80
21	PREGO 1 1/4 X 15	15	80	80	4	179	R\$	24,51	R\$	4.387,29
22	PREGO 2 1/2X10 (18X27)	15	80	80	4	179	R\$	25,40	R\$	4.546,60
23	ALIZAR DE MADEIRA L = 5 CM MURICATIARA	100	0	0	0	100	R\$	18,71	R\$	1.871,00
24	CAIBRO DE MASSARANDUBA 2.5X5CM	250	0	0	0	250	R\$	8,32	R\$	2.080,00
25	CERAMICA ESMALTADA DIMENSÕES 46X46CM PEI4-PEI5	200	0	0	0	200	R\$	47,67	R\$	9.534,00
26	RIPA DE MADEIRA 1,5X4CM MACARANDUBA	150	0	0	0	150	R\$	4,83	R\$	724,50
VALOR POR EXTENSO: CENTO E VINTE E DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS										
R\$ 122.734,37										

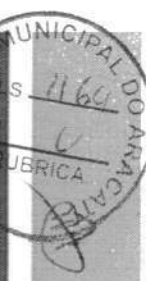
LOTE 4 - MATERIAL HIDROSSANITARIO

QUANTIDADE POR





ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO E ENTIDADE				QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M.2.A. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
			SAÚDE	EDUCAÇÃO	SEINFRA	SEGURANÇA			
1	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 175GR	UNIDADE	5	30	30	0	R\$ 20,59	R\$ 1.338,35	
2	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	UNIDADE	5	30	30	0	R\$ 60,88	R\$ 3.957,20	
3	ASSENTO SANITÁRIO DE PLÁSTICO TIPO CONVENCIONAL	UNIDADE	15	50	50	0	R\$ 26,23	R\$ 3.016,45	
4	BACIA SANITÁRIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA	UNIDADE	15	50	50	0	R\$ 352,90	R\$ 40.583,50	
5	BACIA SANITÁRIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	UNIDADE	15	50	50	0	R\$ 271,64	R\$ 31.238,60	
6	BOMBA SAPO	UNIDADE	2	20	5	0	R\$ 356,83	R\$ 9.634,41	
7	BOMBA MONOFÁSICA 0,5CV	UNIDADE	2	20	5	0	R\$ 1.312,73	R\$ 35.443,71	
8	BOMBA TRIFÁSICA 1CV	UNIDADE	2	20	5	5	R\$ 1.631,67	R\$ 52.213,44	
9	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	UNIDADE	2	15	5	0	R\$ 326,55	R\$ 7.184,10	
10	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UNIDADE	2	20	5	5	R\$ 588,14	R\$ 18.820,48	
11	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO 5000 LITROS, COM TAMPA	UNIDADE	0	5	5	0	R\$ 3.107,06	R\$ 31.070,60	
12	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO 10000 LITROS, COM TAMPA	UNIDADE	0	5	5	0	R\$ 4.950,14	R\$ 49.501,40	
13	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA (COMPLETA)	UNIDADE	10	30	30	20	R\$ 43,76	R\$ 3.938,40	
14	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNIDADE	0	30	30	20	R\$ 26,20	R\$ 2.096,00	
15	CAIXA SIFONADA PVC 150 X 185 X 75MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA)	UNIDADE	0	30	30	20	R\$ 33,50	R\$ 2.680,00	
16	CHUVEIRO PLÁSTICO	UNIDADE	15	30	30	20	R\$ 8,60	R\$ 817,00	
17	ENGATE PLÁSTICO	UNIDADE	30	70	70	20	R\$ 6,40	R\$ 1.216,00	
18	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (LXC)	UNIDADE	50	150	150	20	R\$ 6,27	R\$ 2.319,90	
19	JOELHO PVC SOLDÁVEL 32 MM	UNIDADE	20	40	40	0	R\$ 3,39	R\$ 339,00	
20	JOELHO PVC SOLDÁVEL 60 MM	UNIDADE	20	40	40	0	R\$ 28,50	R\$ 2.850,00	
21	JOELHO PVC SOLDÁVEL 25 MM	UNIDADE	20	40	40	0	R\$ 1,02	R\$ 102,00	





PREFEITURA DO
ARACATI
ALEGRIA DE SER ARACATIENSE

22	JOELHO PVC SOLDABEL 40 MM	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	5,24	R\$	524,00
23	JOELHO PVC 45 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	7,52	R\$	752,00
24	JOELHO PVC 45 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	4,81	R\$	481,00
25	JOELHO PVC 45 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	5,02	R\$	502,00
26	JOELHO PVC 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	5,52	R\$	552,00
27	JOELHO PVC 90 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	2,14	R\$	214,00
28	JOELHO PVC 90 GRAUS, 50 MM, PARA ESGOTO	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	3,59	R\$	359,00
29	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 25 MM	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	1,81	R\$	181,00
30	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 32 MM	UNIDADE	20	40	40	0	100	R\$	4,84	R\$	484,00
31	LAVATORIO LOUCA BRANCA COM COLUNA	UNIDADE	20	20	20	0	60	R\$	192,50	R\$	11.550,00
32	LUA PVC SOLDABEL 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNIDADE	20	50	50	0	120	R\$	1,30	R\$	156,00
33	LUA PVC SOLDABEL 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNIDADE	20	50	50	0	120	R\$	3,17	R\$	380,40
34	LUA PVC SOLDABEL 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNIDADE	20	50	50	0	120	R\$	4,76	R\$	571,20
35	LUA PVC SOLDABEL 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UNIDADE	20	50	50	0	120	R\$	12,67	R\$	1.520,40
36	LUA PVC 100 MM PARA ESGOTO	UNIDADE	20	70	70	0	160	R\$	6,99	R\$	1.118,40
37	LUA PVC 40 MM PARA ESGOTO	UNIDADE	20	70	70	0	160	R\$	1,86	R\$	297,60
38	LUA PVC 50 MM PARA ESGOTO	UNIDADE	20	70	70	0	160	R\$	4,99	R\$	798,40
39	LUA PVC 75 MM PARA ESGOTO	UNIDADE	20	70	70	0	160	R\$	7,30	R\$	1.168,00
40	REGISTRO DE ESFERA PVC 25MM	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	7,03	R\$	562,40
41	REGISTRO DE ESFERA PVC DE 3/4"	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	14,63	R\$	1.170,40
42	REGISTRO DE PRESSÃO BASE COM ACABAMENTO DE 3/4"	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	84,34	R\$	6.747,20
43	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 1" (REF 1509)	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	59,40	R\$	4.752,00
44	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 3/4" (REF 1509)	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	65,14	R\$	5.211,20
45	REGISTRO GAVETA BRUTO BITOLA 2" (REF 1509)	UNIDADE	20	30	30	0	80	R\$	235,44	R\$	18.835,20
46	TORNEIRA BOIA 3/4"	UNIDADE	10	30	30	0	70	R\$	21,61	R\$	1.512,70
47	TORNEIRA METAL PARA PIA MESA BICA MOVEL 1169	UNIDADE	20	15	15	0	50	R\$	62,05	R\$	3.102,50
48	TORNEIRA METAL PARA JARDIM 1128 3/4 CROMADA	UNIDADE	20	15	15	0	50	R\$	38,00	R\$	1.900,00
49	TORNEIRA METAL P/ TANQUE 1126 3/4 CROMADA	UNIDADE	20	15	15	0	50	R\$	57,83	R\$	2.891,50
50	TORNEIRA METAL P/ PIA 1158	UNIDADE	20	15	15	0	50	R\$	52,23	R\$	2.611,50
51	TORNEIRA METAL P/ LAVATORIO BICA MOVEL 1195 C 29 1/4 VOLTA	UNIDADE	20	15	15	0	50	R\$	69,97	R\$	3.498,50
52	TORNEIRA METAL P/ JARDIM 1128 3/4 AMARELO	UNIDADE	20	15	15	0	50	R\$	48,72	R\$	2.436,00
53	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM - (NBR 5688)	UNIDADE	20	150	150	15	335	R\$	93,31	R\$	31.258,85
54	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM - (NBR 5688)	UNIDADE	20	150	150	10	330	R\$	35,11	R\$	11.586,30
55	TUBO PVC ESGOTO DE 75MM - (NBR 5688)	UNIDADE	20	150	150	0	320	R\$	98,67	R\$	31.574,40





ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR ÓRGÃO E ENTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M.2.A. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)					
56	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	20	150	0	320	R\$	77,00	R\$	24.640,00
57	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 60 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	20	150	0	320	R\$	91,45	R\$	29.264,00
58	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	20	150	0	320	R\$	27,87	R\$	8.918,40
59	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 AGUA FRIA (NBR-5648)	UNIDADE	20	150	0	320	R\$	49,90	R\$	15.968,00
VALOR POR EXTENSO: QUINHENTOS E TRINTA MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS										
R\$ 530.410,99										

LOTE 5 - MATERIAL DE FERREGANES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR ÓRGÃO E ENTIDADE				QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M.2.A. (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)		
			SAUDE	EDUCAÇÃO	SEINFRA	SEGURANÇA					
1	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	QUILOGRAMA	0	15	15	0	30	R\$	12,00	R\$	360,00
2	ACO CA-50,10,0 MM, VERGALHAO	QUILOGRAMA	0	15	15	3	33	R\$	13,00	R\$	429,00
3	ACO CA-60, 6,3 MM, VERGALHAO	QUILOGRAMA	0	15	15	0	30	R\$	12,00	R\$	360,00
4	ARAME GALVANIZADO 20 BWG	QUILOGRAMA	0	50	50	20	120	R\$	27,49	R\$	3.298,80
5	ARAME RECOZIDO 18 PT	QUILOGRAMA	0	25	25	15	65	R\$	31,74	R\$	2.063,10
6	TELA ARAME GALVANIZADO FIO 14 MALHA 2,5"	METRO	0	70	70	0	140	R\$	38,59	R\$	5.402,60
VALOR POR EXTENSO: ONZE MIL, NOVECENTOS E TREZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS											
R\$ 11.913,50											

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





ANEXO III
MODELO SUGESTIVO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)
(colocar em papel timbrado)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI/CE.
PROCESSO N.º: 00.001-2024 -SRP.
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS.**
DATA DE ABERTURA: 26 / 03 / 2024.
HORÁRIO DE ABERTURA: 9 h 30 min.

OBJETO
SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE

LOTE _____						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						

* PREENCHER CONFORME OS ITENS INTERESSADOS E DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXOII (PLANILHA CONSOLIDADA ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA)

PRAZOS
Validade da Ata do Registro de Preços: 12 (DOZE) MESES,
Validade da Proposta: **** (*****) DIAS.

DADOS DO PROPONENTE						
Razão Social:						
Endereço:						
Cidade:						
CNPJ:				CGF:		
Fone:				e-mail:		
Banco			Agência			Conta

Observações:

- O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunistica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal)



ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00.001-2024-SRP
TERMO DE ADESAO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de Pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinatura)



ANEXO IV.I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00.001-2024 -SRP
ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA
BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
	Whatsapp

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinatura)



ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00.001-2024 -SRP
CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Item/lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item/lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do item/lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item/lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo item/lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinatura)



ANEXO VI
MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI/CE.
PROCESSO N.º: **00.001-2024 -SRP**.
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**.
DATA DE ABERTURA: 26 / 03 / 2024.
HORÁRIO DE ABERTURA: 9 h 30 m.

DECLARAÇÕES

DECLARAMOS, sob as penalidades legais, que a empresa _____ CNPJ. _____, para efeito de participação e comprovação junto ao referido Pregão Eletrônico:

a) cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º desse artigo, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mencionada Lei, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014

b) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

c) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____

e) DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

f) a proposta comercial compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurado na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes nessa data.

g) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – “que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(localidade), ____ de _____ de 2024.

Carimbo, qualificação e assinatura do responsável legal



ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____.

PROCESSO N.º: 00.001-2024 -SRP.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS.

DATA DE ABERTURA: 26 / 03 / 2024.

HORÁRIO DE ABERTURA: 9 h 30 min.

A Prefeitura Municipal de Aracati, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a), Sr. (a), Secretário (a) de, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação nº, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/20... que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	FORNECEDOR: RAZÃO SOCIAL: CNPJ: ENDEREÇO: REPRESENTANTE LEGAL: CPF: RG:					
	1	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	VALOR UNIT
2						
3						



4						
5						
6						
7						

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretária de

3.2. Órgãos Participantes

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões



4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado nos meios oficiais e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Aracati-CE,/...../.....

SIGNATÁRIOS:

.....

SECRETÁRIO(A) DE

GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI

.....

REPRESENTANTE

EMPRESA



ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE ARACATI, POR INTERMÉDIO DO (A) _____ E A EMPRESA.....

O Município de Aracati, pessoa jurídica de Direito Público, por intermédio do(a) Secretaria de.....com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário (a) de, Sr. (a), inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;



- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será até o dia 31 de Dezembro de 202___, contados do(a) partir da data de sua assinatura, na forma **do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação do contrato:

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;



2. *Moratória de 0,70% (sete décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- e
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Aracati, deste exercício, na dotação abaixo discriminada: As despesas decorrentes do contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária, sob a rubricas:

Dotação orçamentária _____;

Elemento de despesa: _____;

Sub elemento de despesa: _____;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento nos meios oficiais legais, preconizados na forma da lei Lei Federal 14.133, de 2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça de Aracati-CE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Aracati-CE, XXX DE XXXXXXXXXXXX DE 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF:

2- _____

CPF:



AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – AVISO DE LICITAÇÃO – A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, torna público que realizará no **dia 26 de março de 2024, às 09h30min**, no site www.bll.org.br, o **Pregão Eletrônico N° 00.001-2024 - SRP**, referente à Seleção de melhor proposta visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Aracati/Ce, estando aberto o prazo para cadastramento das propostas a partir do dia **12 de março de 2024, às 08h** até o **dia 26 de março de 2024, às 08h**, com abertura das propostas para lances no dia **26 de março de 2024, às 09h30min**. O Edital estará disponível nos sites www.bll.org.br e <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>, e na sede da PMA no período de 08h00min às 12h00min, em dias de expediente normal, a partir da data de publicação deste aviso. **Aracati/CE, 08 de março de 2024 – Nataniele Gondim Rodrigues - Pregoeira Oficial do Município de Aracati/CE.**

CIRCULAR – DIA 11/03/2024

- DOE
- O POVO
- PORTAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ARACATI
- QUADRO DE AVISOS DA UNIDADE GESTORA

Aracati-CE, 08 de março de 2024.


Nataniele Gondim Rodrigues

Pregoeira Oficial do Município de Aracati/CE



CAROLINA de Toni (PSL/SC) ficará à frente da CCJ

coções de queda na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em um momento estratégico de eleições municipais, uma das etapas já pensando em 2026.

O bloco governista chegou a fazer uma movimentação para evitar que os bolsonaristas Nikolas Ferreira e Caroline de Toni, ambos do PL, fossem indicados para as principais comissões da Câmara. O mineiro ficou com Educação e a catarinense com a Constituição e Justiça, por onde passam os maiores projetos. Na cabeça da comissão, os presidentes podem ditar o ritmo da tramitação de pautas.

A presidente do PT, deputada Cleist Hoffmann chegou a defender que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP) poderia ter feito um acordo com o PL para indicar nomes mais moderados. O deputado cearanense André Fernandes, porém, defende que a indicação é prerrogativa da legenda, pela proporção partidária, conforme prevê o regimento interno. Nos cargos, Fernandes aponta uma pressão no Governo diante da posição dos correlegionários.

"É natural que haja maior pressão do partido por meio das comissões permanentes em desfavor do governo Lula,

em temas como segurança pública e corrupção. Idilvan Alencar (PDT) é mais um dos que demonstram preocupação com a indicação da dupla e avalia como possibilidade um tensionamento, especialmente na Comissão de Educação. "Como o Nikolas vive de polémicas, a gente teme que ele deixe na gaveta as pautas de interesse da escola pública, do professor, dos servidores e coloque em foco as pautas que ele acha que possam gerar divergência, briga e polémica", disse.

Ficou para 2024, o debate sobre mudanças no novo ensino médio, tido como sensível pelo governo e que passa diretamente pelo ministro Camilo Santana (PT). Mudanças no modelo são previstas após alterações aprovadas no

governo Temer. A atual grade curricular e ensino voltado para a formação profissional é alvo de críticas de setores da educação que pressionam o governo para mudanças.

"Novo ensino médio, sistema nacional de educação, tempo Integral. Ele aposta em educação cívico militar. Tem um completo desconhecimento do tema e total falta de empatia com a profissão do professor. Não é à toa que propõe punição severa para professor 'doutriador'", apontou.

E complementou: "Em relação à CCJ, a preocupação é dobrada, porque por lá passam todos os projetos e essa preocupação deixa de ser a pauta da educação e passa a ser a própria sobrevivência do Governo Lula, a questão é bem maior."

OFICIAL

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) minimiza a situação. Segundo ele, natural dos laranhinhos das bancadas eleitas pelos partidos em 2022.



ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024-SERVIDORES - A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer do Município, HOMOLOGA a Licitação em OBJETO e Serviço de contratação de servidores públicos no Município, sob o nº 01/2024-SERVIDORES, em favor da empresa PVR CAETANO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.647.944/0001-30, com VALOR GLOBAL de R\$ 4.578.182,70 (Quatro milhões e Setecentos e Oitenta e Oito mil e Quinhentos e Setenta e Nove reais e Setenta e Nove centavos), observadas as condições técnicas e comerciais estabelecidas no Edital nº 01/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, e o Edital nº 01/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, e o Edital nº 01/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00.001/2024 - 6RP - A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, torna público que realizará em 26 de março de 2024, às 08h30min, no Sítio: www.bid.org.br, o Pregão Eletrônico Nº 00.001/2024 - 6RP, referente à contratação de Melhor Proposta, visando o Registro de Preços para Fatura e Emissão de Material de Construção para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Aracati, inscrita no CNPJ nº 07.647.944/0001-30, com VALOR GLOBAL de R\$ 52.034.791,90 (Cinquenta e Duas Mil, Setecentos e Quarenta e Nove mil, Setecentos e Trinta e Nove reais e Noventa e Nove centavos), observadas as condições técnicas e comerciais estabelecidas no Edital nº 00.001/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, e o Edital nº 00.001/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIÉ - AVISO DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2024/SERVIÇOS - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariri, torna público que realizará em 26 de março de 2024, às 08h30min, no Sítio: www.bid.org.br, o Pregão Eletrônico Nº 018/2024/SERVIÇOS, referente à contratação de empresa para execução de serviços de manutenção e conservação de obras de infraestrutura, visando o Registro de Preços para Fatura e Emissão de Material de Construção para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Cariri, inscrita no CNPJ nº 07.647.944/0001-30, com VALOR GLOBAL de R\$ 32.034.791,90 (Cinquenta e Duas Mil, Setecentos e Quarenta e Nove mil, Setecentos e Trinta e Nove reais e Noventa e Nove centavos), observadas as condições técnicas e comerciais estabelecidas no Edital nº 018/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, e o Edital nº 018/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIÉ - AVISO DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2024/SERVIÇOS - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariri, torna público que realizará em 26 de março de 2024, às 08h30min, no Sítio: www.bid.org.br, o Pregão Eletrônico Nº 002/2024/SERVIÇOS, referente à contratação de empresa para execução de serviços de manutenção e conservação de obras de infraestrutura, visando o Registro de Preços para Fatura e Emissão de Material de Construção para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Cariri, inscrita no CNPJ nº 07.647.944/0001-30, com VALOR GLOBAL de R\$ 70.238,38 (Setenta e Duas Mil, Setecentos e Noventa e Nove reais e Trinta e Oito centavos), observadas as condições técnicas e comerciais estabelecidas no Edital nº 002/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, e o Edital nº 002/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIÉ - AVISO DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2024/SERVIÇOS - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariri, torna público que realizará em 26 de março de 2024, às 08h30min, no Sítio: www.bid.org.br, o Pregão Eletrônico Nº 002/2024/SERVIÇOS, referente à contratação de empresa para execução de serviços de manutenção e conservação de obras de infraestrutura, visando o Registro de Preços para Fatura e Emissão de Material de Construção para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Cariri, inscrita no CNPJ nº 07.647.944/0001-30, com VALOR GLOBAL de R\$ 70.238,38 (Setenta e Duas Mil, Setecentos e Noventa e Nove reais e Trinta e Oito centavos), observadas as condições técnicas e comerciais estabelecidas no Edital nº 002/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, e o Edital nº 002/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024, em conformidade com o Decreto nº 19.091/2024, publicado em 26 de fevereiro de 2024.

Expectativas. CCJ e Educação